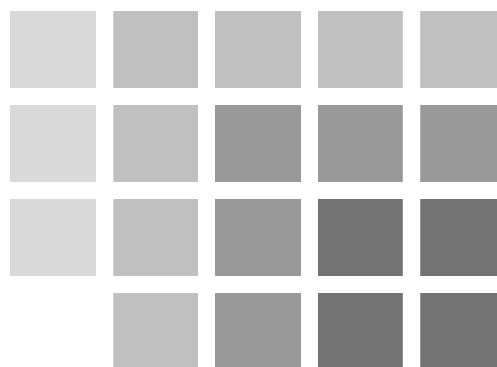


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Relatório de Gestão 2009



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

> PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1– INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS	5
2– INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade	7
2.1.1 – Competência Institucional	7
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	7
2.2 – Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais	8
2.2.1 – Análise do Plano Estratégico da Unidade	8
2.2.2 – Plano de Ação referente ao exercício de 2009	9
2.3 – Programas sob a responsabilidade da Unidade	10
2.3.1 – Relação dos Programas, suas Ações e Responsáveis	10
2.3.2 – Considerações sobre o atingimento das Metas Físicas e Financeiras	12
2.4 – Desempenho Operacional	27
2.4.1 – Evolução das Receitas e Despesas	28
Programação Orçamentária	
2.4.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	28
2.4.1.2 – Programação das Despesas Correntes	28
2.4.1.3 – Programação das Despesas de Capital	28
2.4.1.4 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	28
2.4.1.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	29
Execução Orçamentária	
2.4.1.6 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ	29
2.4.1.7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	30
2.4.1.8 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	30
2.4.1.9 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ	30
2.4.1.10 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ	31
2.4.1.11 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ	32
2.4.1.12 – Execução Orçamentária por Programa de Governo	33
2.4.2 – Indicadores de Avaliação	34
2.4.2.1 – Indicadores da Área Judicial	34
2.4.2.2 – Indicadores Orçamentários-Financeiros	35

3– INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	38
3.1 – Composição dos Recursos Humanos	38
3.1.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação em 31/12/2009	38
3.1.2 – Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	40
3.1.3 – Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009	40
3.2 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	41
3.3 – Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos	47
4– INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	52
5– INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
6– INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	54
7– INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	54
8– DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	54
9– INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	54
10– RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS	
11– INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	54
12– INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	55
13– DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV	56
14– OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	57
<u>> PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</u>	
1- DECLARAÇÃO DOS CONTADORES RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES JURISDICIONADAS SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI	59
<u>> PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO</u>	
1 - QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSONADAS E DOS CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO	60
CONCLUSÃO	62

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2009, retrata as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com destaque para as ações implementadas com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração e oferecer aos jurisdicionados uma justiça ágil e eficiente. Foi elaborado em estrita observância ao disposto na Decisão Normativa nº 100, de 07/10/2009 e da Portaria nº 389, de 21/12/2009, ambas do Tribunal de Contas da União.

A Jurisdição de 1º Grau da Justiça Federal da 2ª Região é exercida por 178 magistrados (104 Juízes Federais e 74 Juízes Federais Substitutos), distribuídos em 78 Varas, 46 Juizados Especiais Federais e duas Turmas Recursais.

A distribuição das Varas e dos Juizados Especiais é demonstrada na tabela abaixo:

VARAS FEDERAIS		JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS		TURMAS RECURSAIS
Capital	Outros Municípios	Autônomo	Adjunto	Capital
47	31	26	20	02

Fonte: Página da Direção do Foro da SJRJ, na intranet.

A estrutura organizacional administrativa da SJRJ é composta pela Direção do Foro, por uma Secretaria Geral e mais 10 (dez) Subsecretarias (Controle Interno; Gestão de Pessoas; Planejamento, Orçamento e Finanças; Infraestrutura; Logística; Contratações e Material; Informação e Documentação; Tecnologia da Informação e de Comunicações; Cálculo Judicial e Distribuição e Atividades Judiciárias), incumbidas do desenvolvimento das atividades que suportam a atuação das unidades diretamente responsáveis pela prestação jurisdicional no Estado.

➤ **PARTE A – CONTEÚDO GERAL**

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Conselho da Justiça Federal (CJF)		Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro		
Denominação abreviada: SJRJ		
Código SIORG:	Código LOA: Lei 11.897	Código SIAFI: UG 090016– Gestão 0001
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Justiça		Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato: 3218-8805/3218-8807		
Endereço eletrônico: patricia.longhi@jfrj.jus.br / apoiosg@jfrj.jus.br		
Página da Internet: www.jfrj.jus.br		
Endereço Postal: Av. Rio Branco nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 5.010, de 30/05/66, disciplina a organização da Justiça Federal de Primeira Instância.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Resolução Nº 01/2009 – PRES TRF2R de 16/01/2009 Altera a estrutura organizacional da SJRJ. A Resolução nº 01 remaneja, extingue, cria e altera a denominação de unidades administrativas e funções comissionadas da capital e das Subseções Judiciárias, bem como das Varas e Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.		
RJ-PGD2009/00041 de 5/5/09 - Constitui Comissão de Gestão Administrativa e de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - CGATI/SJRJ.		
RJ-PGD2009/00054 de 18/6/09 - Aprova novo Regulamento relativo ao Protocolo Judicial.		
RJ-PGD2009/00063 de 17/7/09 - Atualiza Regulamento para tramitação dos autos eletrônicos no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.		
RJ-PGD2009/00065 de 20/7/09 - Torna obrigatório o uso do sistema Assistência Judiciária Gratuita (AJG) pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais.		
RJ-PGD2009/00074 de 17/8/09 - Dispõe sobre primeiro atendimento dos jurisdicionados e nomeação de advogados voluntários e dativos nos Juizados Especiais Federais.		
RJ-PGD2009/00075 - Constitui Grupo Gestor do Sistema Informatizado de Processamento Judicial (GGSIP) e dá outras providências.		
RJ-PGD2009/00089 de 2/10/09 - Aprova Regulamento que trata dos critérios, normas e procedimentos das unidades de controle de mandados.		

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manual para Correições Administrativas, aprovado pela portaria RJ-PGD2009/00060 de 14/7/09.	
Manual de Procedimentos para Gerenciamento de Crises, aprovado pela Portaria RJ-PGD2009/00072 de 4/8/09.	
Manual de Orientação para Comissões Anuais de Inventário Físico de Patrimônio, aprovado pela Portaria RJ-PGD2009/00091 de 7/10/09.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
090016	Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
0001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
090016	0001

2 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade:

2.1.1 – Competência Institucional:

A SJRJ tem por finalidade julgar causas em que estejam envolvidos a União Federal, suas instituições e as autoridades que as representam, Estado ou cidadão estrangeiro, organismo internacional e direitos indígenas, tendo esta Seção Judiciária competência territorial para atuar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No início do exercício de 2009, a SJRJ definiu um Plano de Ação, com a proposição de projetos e ações pelas unidades administrativas, para o biênio 2009-2010. Quando da publicação pelo CNJ da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, em atendimento à meta 1 – “Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 5 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial”, a SJRJ, em face dos objetivos estratégicos constantes do Anexo I da Resolução, reviu seu Plano de Ação.

Dos temas e objetivos definidos pelo CNJ foram priorizados aqueles que mais se adequavam aos propósitos estabelecidos para o biênio pela SJRJ, no sentido de promover a celeridade, diversificar e facilitar a aproximação dos cidadãos, aumentar o nível de profissionalização da gestão e otimizar a utilização de recursos:

- Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;
- Facilitar o acesso à Justiça;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores;
- Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais;
- Buscar a Excelência na gestão de custos operacionais;
- Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
- Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia;
- Aprimorar a comunicação com o público externo.

Com a publicação pelo CJF das Resoluções nº 69 (31/07/09) e nº 73 (26/8/09) dispondo sobre as diretrizes básicas para elaboração do Planejamento Estratégico e aprovando o mapa Estratégico do Justiça Federal, respectivamente, o TRF2R constituiu grupos de trabalho para elaboração do Plano Estratégico da 2ª Região, tendo sido definidas diretrizes para o quinquênio 2010-2014, entre as quais destacamos:

- Eficiência Operacional
- Acesso ao Sistema de Justiça
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Alinhamento e Integração

Atuação Institucional
Gestão de Pessoas
Infraestrutura e Tecnologia
Orçamento

2.2 – Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

2.2.1 – Análise do Plano Estratégico da Unidade:

Como estratégia para o exercício, a SJRJ centrou esforços nas metas de nivelamento para o poder judiciário determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da publicação da Resolução nº 70, em março de 2009. Entre elas destacamos:

Planejamento Estratégico Plurianual

Participação no processo de formulação do Plano Estratégico da 2ª Região com a elaboração do documento “A Estratégia da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro” contendo objetivos estratégicos, indicadores, ações e projetos a serem desenvolvidos pela SJRJ no quinquênio 2010/2014, em atendimento à Resolução 069, do Conselho da Justiça Federal (CJF), e à Portaria nº 932, do TRF2R. Esse trabalho foi apreciado e aprovado em Sessão Plenária do TRF2R, sendo publicada a Resolução nº 48, de 18 de dezembro de 2009.

Julgamento de ações distribuídas até 2005

Em atendimento à meta 2 estipulada pelo CNJ – “Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005, foram julgados cerca de 25.000 processos, representando aproximadamente 70% do acervo inicial de 35.262 processos nessa situação na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Processo eletrônico nas unidades judiciárias

A meta 10 do CNJ, “Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias” foi cumprida mediante a realização do projeto Processo 100% Digital. Em 2009, todos os juizados especiais, as turmas recursais, as varas privativas de execução fiscal e as previdenciárias se tornaram eletrônicos. Nas varas mistas, os processos de juizados especiais e os de execução fiscal também são eletrônicos. Nas varas criminais e cíveis, as sentenças e decisões são disponibilizadas em meio eletrônico.

Convênios

Entre os convênios firmados com órgãos públicos e entidades, com objetos voltados para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, destacamos 40 cadastramentos de magistrados e

servidores autorizados no sistema de Informação ao Judiciário (Infojud), cujo objetivo é atender as solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal e 56 no Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud), ferramenta que faz a interligação do Poder Judiciário com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Essas medidas, necessárias e importantes para a agilização da prestação jurisdicional também visam ao atendimento da meta 8 do CNJ “Cadastrar todos os magistrados nos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud). O convênio Bacenjud é coordenado pelo TRF2R.

2.2.2 – Plano de Ação referente ao exercício de 2009

Como destaque das ações constantes do Plano de Ação realizados em 2009, além das ações orçamentárias descritas no item 2.3, relacionamos os seguintes:

PROJETOS

Processo 100% Digital – expansão do processo eletrônico para todas as unidades da capital e Subseções Judiciárias.

Peticionamento Eletrônico - criação de procedimentos para a operacionalização do cadastramento de usuários (advogados, partes, Ministério Público, procuradores e defensores públicos) do serviço de intimação e peticionamento.

Implantação da Gestão de Autos Findos – eliminação de processos com temporalidade finda e a preservação dos processos de guarda permanente.

Sistema de Cotas Orçamentárias - análise da programação/distribuição de cota orçamentária/acompanhamento da execução.

Melhoria da Qualidade dos Serviços de Verificação, Fiscalização e Responsabilização de Limpeza e Conservação - otimizar rotinas de limpeza e controle de pragas.

AÇÕES

Documentação e Padronização de Procedimentos - elaboração de manual de procedimentos de primeiro atendimento e de processamento de certidões. Regulamentação das atividades de primeiro atendimento e certidões.

Extensão do Serviço de “Certidão Online” às Certidões de Autor, Patrocínio e Ajuizamento de Execuções - disponibilização na Internet de funcionalidade similar à existente para a emissão de certidões de distribuição, para a expedição das demais espécies de certidão.

Minutas Padrão de Atas, Editais e Contratos - análise das minutas atuais, redução de termos alteráveis e de repetições e pré-aprovação pela assessoria jurídica.

Disponibilidade da Base de Dados de CPF/CNPJ no Sistema Processual - acesso, ao banco de dados da Receita Federal, permitindo o uso das suas informações no cadastramento de processos e na realização das pesquisas de certidão e prevenção.

Programa de Auditoria Médica e de Benefícios - estabelecimento de rotinas e procedimentos de auditoria, recomendando à equipe de Correição da DIRFO avaliações pormenorizadas para esclarecer situações suspeitas de licenças e restrições médicas, pedidos de benefícios etc.

Adequação ao Recebimento e Envio de Mandados Eletrônicos - adequação das rotinas internas do NCOM e dos Oficiais de Justiça ao processo eletrônico.

2.3 – Programas sob a responsabilidade da Unidade:

2.3.1 – Relação dos Programas, suas Ações e Responsáveis

PROGRAMA: 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	
AÇÕES	
Atividade 2003	Ações de Informática
Produto	
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Diretor do Foro
Atividade 2004	
Atividade 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Produto	Pessoa beneficiada (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Atividade 2010	
Atividade 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Produto	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Atividade 2011	
Atividade 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Produto	Servidor beneficiado (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Atividade 2012	
Atividade 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Produto	Servidor beneficiado (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Atividade 4091	
Atividade 4091	Capacitação de Recursos Humanos

Produto	Servidor capacitado (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Atividade 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
Produto	Pessoa assistida (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Atividade 4257	Julgamento de Causas
Produto	Processo julgado (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Projeto 102Z	Construção do Edifício Sede da Seção Judiciária em Macaé
Produto	Edifício construído (% de execução física)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Diretor do Foro
Projeto 1890	Reforma do Edifício Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro
Produto	Edifício reformado (% de execução física)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Diretor do Foro
Projeto 1136	Modernização de Instalações da Justiça Federal
Produto	Instalação modernizada (unidade)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Projeto 3757	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação - ISIGI
Produto	Sistema implantado (% de execução física)
Gerente do Programa	Presidente do Conselho da Justiça Federal
Coordenador da Ação	Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

2.3.2 Considerações sobre o atingimento das Metas Físicas e Financeiras:

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo da dotação/execução orçamentária e financeira por Programa, por intermédio das ações estabelecidas na Lei nº 11.897, de 30/12/2008, que aprovou o Orçamento Geral da União – OGU para o exercício de 2009, bem como as metas físicas e financeiras previstas e executadas para as Atividades, Projetos e Operações Especiais.

PROGRAMA: 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL ATIVIDADES

2003 – Ações de Informática

Compreende as despesas realizadas com produtos e serviços da área da tecnologia da informação, tais como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção de equipamentos de informática; desenvolvimento de aplicações; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos, compra de materiais de consumo e softwares.

Das despesas de natureza continuada

Nos contratos vigentes no exercício de 2009, que totalizaram despesas no valor de R\$ 2.290.600,89 (dois milhões, duzentos e noventa mil e seiscentos reais e oitenta e nove centavos), foram empregados os recursos desse elemento de despesa.

Das despesas de caráter ordinário

Para o atendimento de demandas, foram realizadas aquisições de equipamentos e softwares, com a dotação orçamentária desse recurso, no valor de R\$ 591.456,00 (quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Foram adquiridos, com tal montante, softwares de segurança (para proteção contra vírus e outros malwares, com o objetivo de dar continuidade ao serviço de antivírus, antispysware e outros malwares nas estações de trabalho e servidores) e softwares de produtividade (para implementar soluções mais adequadas ao ambiente de TI existente com o regular licenciamento), além de equipamentos, a saber: impressoras autenticadoras do tipo matricial, para protocolização de documentos no Sistema Processual; servidores de arquivo para armazenamento de dados em compartilhamento de rede, de forma centralizada e, ainda, microcomputadores e monitores.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	126	0569	2003	0001	4	Não há	Não há	Não há	Não há

* Fonte: SigPlan

O valor total da dotação orçamentária foi de R\$ 2.888.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais). Do valor autorizado, foram executados R\$ 2.882.056,89 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos), o que equivale a 99,79%.

No decorrer de 2009, as despesas com Ações de Informática voltaram a ser alocadas na ação Julgamento de Causas, conforme orientação TRF/CJF.

2004 – Assistência Médica e Odontológica

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, foram alocados recursos nessa ação visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. A atividade envolve despesas com serviços especializados de assistência médica, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, além de serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Para atendimento a essa finalidade, são computados os quantitativos de servidores e de dependentes incluídos no Plano de Saúde, no Auxílio-Saúde e no Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia – PAPSI.

As realizações no âmbito das atividades relativas à atenção à saúde vão além das ações supracitadas, englobando, também, ações de atendimento de enfermagem, médico, odontológico, psicológico e social, realizadas em consultórios localizados nas dependências da SJRJ, e campanhas visando a promover a saúde e a qualidade de vida, que geraram cerca de 13.300 atendimentos e contribuíram o incremento dos índices de produtividade dos servidores e redução do absenteísmo.

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Atendimentos médicos	Magistrados, servidores, estagiários e usuários)	3701
Atendimentos de enfermagem	Magistrados, servidores, estagiários e usuários	4198
Atendimentos odontológicos	Magistrados, servidores, estagiários e dependentes de servidores e magistrados	2480
Atendimentos psicológicos e sociais	Servidores	921
Campanha de Saúde Bucal	dependentes de Magistrados e servidores com idade entre 5 e 17 anos	39
Feira de Saúde	Magistrados, servidores e estagiários	424
Programa de Terapias Antiestresse	Magistrados e servidores	1.554

Fonte: Coordenadoria de Assistência Médica e Social – CAMS/SRH

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	301	0569	2004	0001	4	Servidor beneficiado	4.000	4.170	2.405

* Fonte: SigPlan

Os recursos alocados nesta ação atenderam a 4.170 beneficiários (juizes, servidores e dependentes), média dos 12 meses de execução, tendo a meta física prevista para o exercício sido superada em 4,25%. Dos recursos autorizados (R\$ 2.473.900,00) foram executados 98,91%.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei nº 8.069/90, a atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos magistrados e servidores ativos, na faixa etária de zero até os seis anos de idade, bem como aos portadores de necessidades especiais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa a essa mesma faixa etária, em creches e pré-escolas. A atividade contribui de forma direta para a formação educacional dos dependentes dos servidores, consistindo no pagamento de valor variável conforme a faixa salarial do servidor ou magistrado.

Os procedimentos para concessão do benefício previsto no Plano de Assistência Pré-Escolar (PAPE) encontram-se regulamentados pela Resolução 04, de março de 2009, com a aplicação da tabela referente aos valores anexa à Resolução 588/2007, ambas do Conselho da Justiça Federal.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	365	0569	2010	0001	4	Criança de 0 a 6 anos atendida	472	602	151

* Fonte: SigPlan

A execução desta ação proporcionou o atendimento a uma média mensal de 602 crianças, superando a meta estabelecida em 27,54%. Da dotação autorizada, foram executados 98,91%.

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores

Aplicação de recursos para concessão aos servidores, em pecúnia e em caráter indenizatório ao servidor ativo, do benefício do auxílio-transporte para o custeio de suas despesas

com transporte coletivo nos deslocamentos diários da residência ao local de trabalho, conforme previsto na Lei nº 8.112/90 e na Resolução nº 04/2008-CJF, descontando-se, mensalmente, do servidor, em contracheque, o valor referente a 6% (seis por cento) do seu vencimento.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	331	0569	2011	0001	4	Servidor beneficiado	879	782	327

* Fonte: SigPlan

A Atividade beneficiou, em média, durante o exercício, a 781 servidores, tendo sido cumpridos 89,0% da meta física estabelecida. A dotação orçamentária autorizada foi executada integralmente.

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores

Em atendimento ao art.22 da Lei nº 8.460/92, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97 esta atividade tem por objetivo conceder ao servidor o benefício do auxílio-alimentação na forma de pecúnia e em caráter indenizatório para cobrir suas despesas diárias com alimentação, durante a jornada de trabalho diária.

Pago no mês anterior ao da competência do benefício, a concessão do auxílio-alimentação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 10/2005, do TRF2R, com a fixação do valor mensal de R\$ 630,00, conforme Resolução n.º 88/2009, do CJF, com efeitos financeiros a partir de julho/2009.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	306	0569	2012	0001	4	Servidor beneficiado	2.598	2.583	197

* Fonte: SigPlan

A atividade beneficiou, no exercício, a uma média mensal de 2.583 servidores da SJRJ, cumprindo em 99,42% a meta estabelecida. A dotação orçamentária autorizada foi executada integralmente. O não alcance de 100% da meta deve-se à imprevisibilidade de eventos, tais como: exonerações, falecimentos, nomeações, licenças.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

O desenvolvimento dessa atividade, que tem como objetivo promover de forma integrada a qualificação de pessoal, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo que se obtenha melhores condições de trabalho e mais altos índices e produtividade na prestação jurisdicional, foi realizado com o investimento de recursos para capacitação de magistrados e servidores desta Seção Judiciária. Foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento, por meio de contratação externa e pagamento de gratificação por encargo de curso a magistrados e servidores do Quadro de Pessoal da SJRJ, que atuaram como instrutores.

Ao proceder à análise da meta legal para Capacitação de Recursos Humanos, compete destacar os esforços envidados pela Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, em consonância com o espírito da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, ao disposto no artigo 39, § 2º, da Constituição Federal.

Do total de servidores capacitados em 2009, 110 (cento e dez) foram capacitados na área gerencial em razão da continuidade do Programa de Desenvolvimento Gerencial em 2009, que contou com ações que priorizaram o desenvolvimento de atitudes e habilidades, de acordo com as competências selecionadas, em encontros presenciais, buscando-se orientar a apresentação dos conteúdos e realização de atividades pelas situações problemas vividas pelos gerentes. Outra orientação técnica geral foi a inclusão, em 2009, de conteúdos comportamentais e técnicos, orientados pelas situações-problemas nas turmas realizadas.

Cabe ressaltar que os valores registrados no quadro acima consideraram apenas a primeira participação de cada servidor em ações de capacitação e desenvolvimento realizadas no exercício. Se fossem considerados todos os servidores aptos em todas as turmas de todas as ações realizadas, teríamos um total de 3.174 participantes em 2009.

A seguir, as ações mais relevantes desenvolvidas no exercício de 2009: Modelagem Organizacional: A Gespública e a Organização Orientada a Processos, Como Licitar e Fiscalizar Contratos de Terceirização de Serviços Contínuos – IN02; Contratos e Serviços de Tecnologia da Informação segundo a Jurisprudência do TCU – IN04; Atualização para Agentes de Segurança 2009; Autos Virtuais – Processos Eletrônicos; Cursos Jurídicos realizados nas Subseções; Programa de Capacitação da Subsecretaria de Cálculo Judicial; Programa de Capacitação para Oficiais de Justiça e Programa de Desenvolvimento Gerencial.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	128	0569	4091	0001	4	Servidor capacitado	936	1.563	88

* Fonte: SigPlan

No escopo dessa atividade, verifica-se a capacitação de 1.563 servidores nas modalidades presencial e à distância, superando a meta inicialmente prevista em 66,98%, correspondendo a 627 servidores capacitados a mais do que o inicialmente previsto. Da dotação autorizada, no valor de R\$ 474.073,00, foram executados 99,99%.

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	061	0569	4224	0001	4	Pessoa assistida	15.384	15.384	6.625

* Fonte: SigPlan

A grande variação da execução deve-se a liberação do orçamento de forma diluída e não regular e também ao processamento que nem sempre é uniforme em face de pendências diversas nos documentos que habilitam o pagamento. A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 15.384 pessoas que buscaram a proteção da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro. As metas inicialmente previstas foram revistas e tanto a meta física quanto meta financeira foram alcançadas plenamente.

4257 – Julgamento de Causas

Os recursos alocados nesta atividade asseguraram as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária dos órgãos, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional.

O quadro abaixo revela que os Juizados especiais Federais respondem por uma parcela maior, 45,87% do total de julgamentos, seguidos das Varas Federais com 35,46% e Turmas Recursais com 18,37%. A mesma escala é demonstrada pelos números relativos a processos distribuídos em que os Juizados receberam 44,99% dos processos distribuídos no ano, as Varas receberam 39,79% e as Turmas 15,22%. Proporção inversa é demonstrada pelos números referentes à tramitação em que as Varas respondem por 76,32% do acervo, os Juizados 17,20% e as Turmas Recursais por apenas 6,48% de todas as ações em tramitação na SJRJ.

	Processos distribuídos		Processos julgados		Processos em tramitação	
Varas Federais	123.306	39,79	91.016	35,46%	685.069	76,32%
Juizados Especiais Federais	139.409	44,99	117.736	45,87%	154.408	17,20%
Turmas Recursais	47.148	15,22	47.914	18,67%	58.182	6,48%
Total	309.863	100%	256.666	100%	897.659	100%

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região

A observação dos dados, detalhada por Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, revelam resultados em consonância com as características das ações demandadas em cada um deles. As causas apreciadas nos Juizados são aquelas cujo valor não ultrapassa 60 salários mínimos e devem ser julgadas em rito mais célere. Dessa forma, a rotatividade é muito maior do que nas Varas Federais e o número de julgados se mantém próximo ao de distribuídos e em consequência o acervo não apresenta crescimento acentuado. Neste exercício os Juizados julgaram 84,45% do número de ações distribuídas e as Turmas Recursais julgaram um número maior de processos em relação ao quantitativo recebido.

As Varas Federais, cujas demandas exigem um tempo de processamento maior para que estejam em condições de recebimento de uma decisão definitiva não conseguem acompanhar o patamar de processos distribuídos e respondem pela maior parcela do acervo de processos da SJRJ. Porém, no exercício de 2009, houve um significativo esforço para julgamento de causas em tramitação há mais de quatro anos (meta 2 do CNJ), resultando em 78,81% de julgamentos em relação ao número de distribuídos, sendo o maior quantitativo dos últimos 3 anos. Superou o número de julgados em 2008 em 24,99%, e os julgados em 2007 em 28,97%, conforme dados constantes nos relatórios de Gestão exercícios.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	061	0569	4257	0001	4	Processos julgados	303.100	256.666	Não aplicável

* Fonte: SigPlan

Da dotação orçamentária autorizada foram executados 99,99%. A execução dessa atividade possibilitou o alcance de 84,68% da meta de processos julgados previstos para o exercício de 2009, totalizando 256.666 processos.

O não cumprimento da meta pode ser explicado, em parte, pelo fato de a SJRJ não contar, em 2009, com a atuação de todos os magistrados pertencentes à sua força de trabalho. Aplicando-se a média de processo julgados por juiz neste exercício pelo número de juízes cedidos/licenciados teríamos 27.908, o que nos levaria a cumprir em torno de 10% a mais e nos aproximar da meta estabelecida na LOA para o exercício.

Os recursos consignados nessa atividade foram destinados também à execução de despesas com a remuneração da força de trabalho; a realização de serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades administrativas, como serviços de telefonia e telecomunicação, compra de material de consumo e permanente, assinaturas de jornais e periódicos e demais despesas administrativas; a realização de serviços de manutenção, conservação e reforma dos imóveis utilizados; a conservação e manutenção da frota de veículos oficiais; contratação de serviços e aquisição de equipamentos e produtos (softwares, hardwares, periféricos, instalações) para o desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos informatizados. Todas essas ações forneceram suporte operacional no desempenho da atividade-fim e, conseqüentemente, à otimização no atendimento aos jurisdicionados.

PROGRAMA: O569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL PROJETOS

102Z – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé - RJ

O imóvel de 1.353 m² está sendo erguido num terreno cedido pela Prefeitura em área de 5.000 m², e ao custo global estimado de R\$ 3.593.214,16 (três milhões, quinhentos e noventa e três mil, duzentos e quatorze reais e dezesseis centavos), e término previsto para abril/2010.

O Projeto compreende a finalização da obra de construção do prédio Sede da Justiça Federal no Município de Macaé/RJ, interrompida temporariamente nos anos de 2007 e 2008, após a paralisação da obra pela empresa COZAN, além dos serviços de fiscalização e de acompanhamento da execução da obra.

Com relação aos recursos previstos para o exercício de 2009, registra-se que foram empenhados 88,15% para atendimento das contratações em andamento. Não foi possível o empenhamento integral das dotações aprovadas, tendo em vista a não ocorrência dos reajustes nos preços dos insumos, conforme tendência observada no mercado antes da efetiva contratação. Dessa forma, restou disponível o valor de R\$278.371,38. Embora a execução físico-financeira tenha sido afetada, a utilização dos recursos, ainda que não na totalidade, permitiu, com as contratações firmadas pela SJRJ, manter um cronograma para a finalização da obra no 1º trimestre de 2010.

A retomada ocorreu em 2009, contemplando as seguintes ações:

a) contratação de empresa para execução das obras de construção

Justificativa: ação prevista para permitir a conclusão das obras junto à CONSTRUBOM Construções Ltda.

Andamento: Contrato celebrado em junho/2009, com prazo de execução inicial de 6 (seis) meses, tendo ocorrido prorrogação de 02 (dois) meses em função da celebração de Termo Aditivo (inclusão de serviços), estando o término previsto para fevereiro/2010.

Realizadas as 06 medições previstas para 2009, restando as 2 últimas medições em 2010.

Valor do Contrato: R\$1.846.339,55

b) contratação de empresa para fornecimento e instalação de piso elevado

Justificativa: ação prevista para permitir maior flexibilidade no layout da Secretaria, junto à empresa DAICON Comércio de Revestimentos e Serviços Ltda.

Andamento: Serviço em execução, iniciado em dezembro/2009, em função do estágio da obra que se fazia necessário para permitir a instalação do piso. Serviço concluído em janeiro/2010, restando o encaminhamento da medição única.

Valor do Contrato: R\$19.700,00

c) contratação de empresa para fornecimento e instalação de forro removível

Justificativa: ação prevista para permitir a colocação de revestimento de teto e facilidade no acesso às instalações e manutenções, junto à Sistema Engenharia Ltda.

Andamento: Serviço em execução, e término previsto para março/2010, não tendo havido medição no contrato.

Valor do Contrato: R\$13.441,01

d) contratação de empresa para fornecimento e instalação de cercamento do lote

Justificativa: ação prevista para permitir o cercamento das áreas destinadas à expansão da SJRJ, junto à RV Comercial de Máquina Ltda.

Andamento: Contrato firmado em dezembro/2009, e término previsto para janeiro/2010, não tendo havido medição no contrato.

Valor do Contrato: R\$ 16.651,19

e) contratação de empresa para fornecimento de no break

Justificativa: ação prevista para permitir a alimentação elétrica na ocorrência de interrupção no fornecimento de energia, junto à SMS Tecnologia Ltda.

Andamento: Equipamento fornecido em 2009.

Valor do Contrato: R\$105.300,00

f) contratação de empresa para execução das instalações de lógica/telefonia e CFTV

Justificativa: ação prevista para permitir o funcionamento dos equipamentos eletrônicos e monitoramento do imóvel, junto à MSDTEL Multiservice Digital Telecom Ltda.

Andamento: Serviço previsto para iniciar em janeiro/2010, e término em março/10. O início dos serviços aguardava o estágio da obra que permitisse a execução das respectivas instalações.

Valor do Contrato: R\$ 71.000,00

g) contratação de empresa para execução das instalações de detecção e combate a incêndios

Justificativa: ação prevista para permitir a execução das instalações necessárias à segurança no imóvel, junto à C.M. COUTO Sistemas Contra Incêndios Ltda.

Andamento: Serviço previsto para iniciar em janeiro/2010, e término em março/10.

Valor do Contrato: R\$ 98.267,16

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010 (inscritos em restos a pagar)
02	122	0569	102Z	0101	4	% exec física	100	11,99	88

* Fonte: SigPlan

A dotação orçamentária de R\$2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais) teve o valor empenhado de R\$2.071.628,62, em virtude do resultado dos certames licitatórios.

A execução do projeto foi prejudicada pelo abandono da obra pela empresa COZAN Engenharia, que apresentou pedido de falência, e pela inexistência de previsão orçamentária no PPA para o exercício 2008. Com o novo aporte de recursos em 2009, a obra foi retomada, e o contrato celebrado em junho/2009, após a realização do certame licitatório no referido exercício.

1890 – Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro – RJ

Reforma, em andamento, do imóvel localizado na Avenida Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com 10.136 m² de área edificada, para abrigar a Sede Administrativa da SJRJ, que ora ocupa o Anexo I do imóvel situado na Av. Rio Branco nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ e parte do prédio situado na Av. Venezuela nº 134, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ, com custo global estimado de R\$ 17.317.823,09 (dezessete milhões, trezentos e dezessete mil reais, oitocentos e vinte e três reais e nove centavos).

A execução do projeto de reforma do imóvel para reinstalação da Sede Administrativa da Seção Judiciária do Rio de Janeiro foi prejudicada pela necessidade de execução de novos reforços estruturais a cargo da IBEG Engenharia, enquadrados como garantia de obra em decorrência dos reforços executados anteriormente pela referida empresa quando de sua contratação. Os novos reforços foram necessários segundo o Laudo Técnico da empresa LUMO Arquitetura, que contratada para avaliação da estabilidade estrutural da edificação através da realização de provas de carga e avaliações técnicas nos elementos estruturais, concluiu pela necessidade de intervenções objetivando restabelecer a estabilidade necessária à conclusão das obras e ocupação do imóvel. A retomada da obra teve que aguardar a conclusão de tais intervenções prejudicando o alcance das metas previstas para o exercício 2009. Ressalta-se que os recursos necessários para a finalização da obra foram

distribuídos nos exercícios 2009 e 2010, acarretando o adiamento da conclusão do projeto. Como forma de reverter o atraso e garantir o cumprimento do novo cronograma que prevê a conclusão do projeto no exercício 2010, a SJRJ realizou, em 2009, os principais certames licitatórios, já tendo firmado as respectivas contratações para viabilizar a conclusão das obras de reforma. Foram firmados contratos relativos à execução da etapa final das obras, a execução das instalações de lógica/telefonia e CFTV, instalações de detecção e combate a incêndios, instalação de piso elevado e persianas.

a) contratação de reforço estrutural na laje da cobertura, instalação de estrutura metálica de apoio do chiller do sistema de ar condicionado e demolição de marquise na sobreloja junto à TANGRAM Engenharia Ltda.

Justificativa: ação prevista para permitir a colocação do sistema de condicionamento de ar na cobertura e eliminação da marquise existente.

Valor do Contrato: R\$ 299.935,58

b) contratação de empresa para execução das obras de reforma (etapa parcial) junto à CONSTRUCERTA Construções e Reforma Ltda.

Justificativa: ação prevista para garantir a continuidade das obras de reforma, após a paralisação ocorrida em virtude da rescisão do contrato firmado com a empresa ARTE Engenharia Ltda.

Andamento: A presente etapa das obras somente pode ser iniciada após a conclusão da execução de novos reforços estruturais no imóvel a cargo da IBEG Engenharia. O contrato celebrado em novembro/2009 previu a realização de 02 (duas) medições no referido exercício. Sua conclusão está prevista para abril/2010 (5 meses de execução) quando se prevê a integral execução físico-financeira do contrato.

Valor do Contrato: R\$1.013.702,74

c) contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de ar condicionado

Justificativa: ação prevista para permitir a climatização do imóvel junto à empresa AIR TIME Engenharia e Instalações Ltda.

Andamento: Contrato celebrado em outubro/2009, com a liberação da obra após a finalização dos reforços estruturais pela IBEG Engenharia Ltda., e previsão de término em abril/10.

Valor do Contrato: R\$1.247.000,00

No exercício 2009 não houve execução físico-financeira no presente contrato, em decorrência parte em função do cronograma apresentado pela empresa que previu, para os meses iniciais, ações relativas à mobilização e serviços complementares, e ainda, pelo seu fraco desempenho que não permitiu que fossem medidos os serviços realizados, em decorrência do não atingimento dos critérios de medição previstos no contrato.

Com relação às ações previstas em 2008, e que seriam concluídas no exercício seguinte, cabe registrar:

a) contratação de empresa para fornecimento de No breaks

Andamento: Contrato finalizado em 2009.

b) contratação de empresa para fornecimento e instalação de elevadores

Andamento: Contrato finalizado em 2009.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	1890	0101	4	% de execução física	18	-	18 (inscritos em restos a pagar)

* Fonte: SigPlan

Com relação aos recursos previstos no PPA para 2009 registra-se que foram integralmente empenhados estando as respectivas ações em execução, tendo a conclusão de tais ações sido prejudicada pelo exposto anteriormente. Embora a execução física-financeira tenha sido afetada percebe-se que a utilização dos recursos foi garantida com as contratações já firmadas pela SJRJ, tendo a previsão de estarem totalmente executadas ainda no 1º semestre de 2010.

1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal

Reformar, ampliar e modernizar as instalações de edificações da Justiça Federal de 1º Grau, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	1136	0001	4	Imóvel modernizado	1	1	1

Obs: Os projetos MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DA JF dependem da distribuição de recursos por parte do CJF/TRF; não consta previsão desses projetos para a SJRJ no exercício 2010, conforme informação do TRF (Proposta Orç no limite).

Em 2009, a dotação orçamentária para despesas na área de engenharia foi de R\$30.180,00 (trinta mil e cento e oitenta reais), tendo sido empenhados 98,42% na aquisição de persianas e divisórias para a nova Sede da Subseção Judiciária de Resende.

3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional

O projeto, realizado em nível nacional, tem orçamento e meta estabelecidos para as vinte e sete Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau, distribuídas nas cinco Regiões e no Conselho da Justiça Federal. Visa o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e controle da tramitação processual, integração de informações entre os Órgãos afins, formação de banco de dados, aquisição de equipamentos, softwares, material de consumo, serviços técnicos e demais despesas relacionadas.

Segue abaixo a descrição dos investimentos tecnológicos realizados nos subprojetos nacionais, no exercício de 2009:

A- Descrição dos Investimentos Tecnológicos Realizados nos Sub-Projetos Nacionais

A.1) Inclusão Digital do Poder Judiciário

Objetivo do sub-projeto - Equipar tecnologicamente o Poder Judiciário Federal, modernizando e uniformizando as instalações dos Tribunais Regionais Federais e das Varas Federais.

A.1.1) Renovação e ampliação do parque tecnológico

Meta - Expansão da rede corporativa e adequar as estações de trabalho ao projeto 100% digital.

Aquisições – Microcomputadores, monitores e licenças de suíte de escritório

Resultados – A expansão e modernização do parque de microinformática promoveram uma melhoria da eficiência da SJRJ, implementando uma melhor relação de usuários/microcomputador, requisito primordial para o aumento de produtividade, principalmente considerando a previsão de expansão do uso de documentos eletrônicos.

A.1.2) Consolidação de servidores

Meta - Melhorar a eficiência dos recursos de TI.

Aquisições - Servidores de Arquivos

Resultados – Novos Servidores de arquivos dos CPDs das localidades do interior, garantindo um maior armazenamento e uma maior agilidade do acesso aos arquivos, dando também maior flexibilidade no gerenciamento e monitoramento dos serviços disponíveis aos usuários destas localidades.

A.1.3) Armazenamento de dados

Meta - Prover a expansão da capacidade de armazenamento de dados da SJRJ.

Aquisições – Equipamento de armazenamento de dados.

Resultados – Atendimento das demandas de armazenamento de dados específicos do sistema processual e administrativo.

A.2) Implantação da Justiça Virtual

Objetivo do sub-projeto – Expansão do processo digital.

A.2.1) Ampliação da infra-estrutura de rede

Meta - Modernizar e ampliar a capacidade da rede corporativa.

Aquisições - Solução de atualização tecnológica e expansão da rede de dados da SJRJ, contemplando o fornecimento, instalação e configuração de dispositivos de rede.

Resultados - Atendimento de demandas existentes, principalmente no que tange à criação de condições para expansões futuras.

B- Resumo dos Resultados

Ao final do ano de 2009, foram realizados investimentos para o atendimento ao Projeto da Justiça 100% digital do CJF, merecendo especial atenção itens como modernização e ampliação da infra-estrutura tecnológica, qualidade dos serviços disponíveis aos usuários, entre outros. Esse investimento visa dar a infra-estrutura necessária para a expansão do processo digital a todas as especialidades dentro da SJRJ e que tem prazo final de migração para junho de 2010.

Para viabilizar as condições operacionais desta expansão, citamos os seguintes investimentos:

- expansão do parque de microcomputadores, de modo a atender às necessidades de produção e tramitação de documentos digitais e o processo digital no sistema processual.
- modernização dos CPDs das localidades do interior, que permitiu o aumento da capacidade de armazenamento dos servidores de arquivos existente no interior, garantindo a alta disponibilidade dos arquivos caso haja alguma falha de link entre a localidade e o Foro da Capital onde se encontra o CPD Central, garantindo, portanto, a continuidade dos sistemas processuais e administrativos em uso nesta SJRJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	126	0569	3757	0001	4	Sistema implantado	1	1	-

Obs: O ISIGI depende da distribuição de recursos por parte do CJF/TRF; não consta previsão desses projetos para a SJRJ no exercício 2010, conforme informação do TRF (Proposta Orç no limite).

Do valor autorizado de R\$ 2.109.000,00 (dois milhões e cento e nove mil reais), foram executados 99,98%, correspondendo a R\$ 2.106.710,00 (dois milhões, cento e seis mil e setecentos e dez reais), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 2.290,00 (dois mil e duzentos e noventa reais).

**PROGRAMA: 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL
OPERAÇÕES ESPECIAIS**

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 2.571 magistrados e servidores públicos federais ativos da SJRJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	09HB	0001	4		63.050.000,00	76.234.448,96	Não há

**PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
OPERAÇÕES ESPECIAIS**

0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

O objetivo desta operação especial é assegurar a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus os servidores inativos e pensionistas. Foram atendidos 613 beneficiários (Magistrados e servidores) no âmbito da SJRJ.

Da dotação orçamentária autorizada foram executados 99,99%, tendo a meta física de beneficiários prevista (591) sido superada em 3,72%.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	*Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
09	272	0089	0396	0001	4	Pessoa beneficiada	591	613	39

* Fonte: SigPlan

2.4 – Desempenho Operacional:

A Lei nº 11.897, de 30/12/2008, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2009, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. Coube à Justiça Federal do Rio de Janeiro a importância de R\$ 663.992.223,00 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e noventa e nove mil e duzentos e vinte e três reais), distribuída em dois Programas 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, num montante de R\$ 562.174.320,00 (quinhentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e quatro mil e trezentos e vinte reais); e 0089– Previdência de Inativos e Pensionistas da União, tendo sido recebidos R\$ 101.817.903,00 (cento e um milhões oitocentos e dezessete mil e novecentos e três reais), conforme quadros abaixo, nos termos das Resoluções nº 08, de 12 de fevereiro de 2009, e nº 50, de 30 de dezembro de 2009, ambas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Dotação Inicial	546.534.173,00
Acréscimos	117.458.050,00
Especiais	-
Redução orçamentária	-
DOTAÇÃO AUTORIZADA	663.992.223,00
Destaques Recebidos	-
Destaques Concedidos	-
TOTAL	663.992.223,00
Dotação Indisponível	-
TOTAL GERAL/Dotação Final	663.992.223,00

Dotação por Programa

PROGRAMA	Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	562.174.320,00	-	562.174.320,00
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	101.817.903,00	-	101.817.903,00
TOTAL	663.992.223,00	-	663.992.223,00

2.4.1 – Evolução das Receitas e Despesas

2.4.1.1 Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Seção Judiciária do Rio de Janeiro	12.101	090016

2.4.1.2 Programação das Despesas Correntes

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não se enquadra como UJ que também é UO, tendo em vista que não possui créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.1.3 Programação das Despesas de Capital

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não se enquadra como UJ que também é UO, tendo em vista que não possui créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.1.4 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não se enquadra como UJ que também é UO, tendo em vista que não possui créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

090016 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro						
Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Interna	Concedidos					
	Recebidos	090001	4257 - JC	401.281.578,00		
		090001	4257 - JC			42.723.955,00
		090001	09HB - CUPS	76.234.546,00		
		090001	0396 - PAP	101.817.903,00		
		090001	4224 - AJ			5.394.648,00
		090001	4091 - CRH			474.073,00
		090001	2012 - AA			19.090.640,00
		090001	2011 - AT			1.286.231,00
		090001	2010 - APE			1.617.569,00
		090001	2004 - AMOS			2.411.900,00
		090001	2003 - AI			2.588.000,00
		090001	3757 - E-JUS			600.000,00
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Interna	Concedidos					
	Recebidos	090001	4257 - JC	1.320.000,00		
		090001	2004 - AMOS	62.000,00		
		090001	11SO - MACAÉ	2.350.000,00		
		090001	1136 - MIJF	30.180,00		
		090001	1890 - ALM BAR	2.900.000,00		
		090001	2003 - AI	300.000,00		
090001		3757 - E-JUS	1.509.000,00			
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

A SJRJ não concede créditos, em face de sua configuração em Unidade Gestora executora que compõe a UO 12101.

De modo geral, a Seção Judiciária recebe os créditos orçamentários, inclusive disponibilização de reserva, para aplicação em sua programação, de acordo com as solicitações encaminhadas ao TRF.

Tais recebimentos são subordinados aos créditos geridos pelo CJF para toda a UO 12101.

Dessa forma, a SJRJ não tem informação quanto à formalidade de créditos e demais alterações orçamentárias, o que, de certa forma, impacta na realização das programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício.

2.4.1.6 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não se enquadra como UJ que também é UO, tendo em vista que não possui créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.1.7 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não se enquadra como UJ que também é UO, tendo em vista que não possui créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.1.8 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não se enquadra como UJ que também é UO, tendo em vista que não possui créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.1.9 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ

Modalidade de Contratação	<i>Despesa Empenhada</i>		<i>Despesa Liquidada</i>	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	18.800,00	24.422,15	8.808,40	19.869,73
Tomada de Preços	387.742,59	466.971,18	152.021,71	2.608,57
Concorrência	9.400.758,89	3.181.311,63	5.801.675,67	1.007.296,38
Pregão	18.232.794,38	25.653.324,71	7.671.243,13	14.270.724,75
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	9.916.838,97	9.542.251,88	8.496.121,00	8.495.905,91
Inexigibilidade	8.800.238,25	9.302.679,42	7.827.349,95	8.392.039,21
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	46.476,42	54.002,89	46.476,42	54.002,89
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	556.057.810,97	609.310.605,65	554.742.881,76	605.610.730,08
Diárias	203.633,00	331.487,00	203.633,00	331.487,00
Outros	2.991.045,04	5.793.226,66	2.854.711,38	3.727.878,85

2.4.1.10 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	526.530.058,57	579.330.611,05	526.296.858,57	576.393.711,05	233.200,00	2.936.900,00	525.454.999,62	576.393.711,05
3.1.90.11	348.590.524,95	389.326.103,18	348.575.524,95	389.256.703,18	15.000,00	69.400,00	347.733.666,00	389.256.703,18
3.1.91.13.01 + .02	67.098.696,33	75.204.885,06	67.095.496,33	74.379.385,06	3.200,00	825.500,00	67.095.496,33	74.379.385,06
3.1.90.01	58.889.132,63	66.129.602,09	58.879.132,63	66.129.602,09	10.000,00	0,00	58.879.132,63	66.129.602,09
Demais elementos do grupo	51.951.704,66	48.670.020,72	51.746.704,66	46.628.020,72	205.000,00	2.042.000,00	51.746.704,66	46.628.020,72
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
2º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3- Outras Despesas Correntes	70.007.731,84	76.166.411,57	61.098.971,78	64.330.001,07	8.908.760,06	11.836.410,50	58.996.838,09	63.435.460,11
3.3.90.46	18.536.220,34	19.088.640,00	18.283.521,78	18.905.142,31	252.698,56	183.497,69	16.760.663,55	18.905.142,31
3.3.90.39 + 91.39	17.437.180,84	18.136.296,81	13.135.508,51	14.575.040,36	4.301.672,33	3.561.256,45	13.069.513,57	14.126.524,78
3.3.90.37	14.963.178,18	15.343.504,80	12.658.206,36	12.751.863,60	2.304.971,82	2.591.641,20	12.580.093,92	12.445.139,06
Demais elementos do grupo	19.071.152,48	23.597.969,96	17.021.735,13	18.097.954,80	2.049.417,35	5.500.015,16	16.586.567,05	17.958.653,96

2.4.1.11 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	9.518.348,10	8.163.260,55	409.092,07	1.188.831,25	9.109.256,03	6.974.429,30	321.656,13	1.145.151,50
4.4.90.51	4.460.088,97	5.325.262,03	84.954,77	983.105,54	4.375.134,20	4.342.156,49	84.954,77	963.246,24
4.4.90.52	5.057.874,97	2.835.389,95	323.753,14	203.117,14	4.734.121,83	2.632.272,81	236.701,36	179.296,69
4.4.90.92	384,16	2.608,57	384,16	2.608,57	0,00	0,00		2.608,57
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
2º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
6 _ Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
2º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há

Alterações significativas ocorridas no exercício:

- Recebimento de créditos para execução de despesa com Tecnologia da Informação (R\$600.000,00 no grupo 3 e R\$1.509.000,00 no grupo 4) após negociação direta entre as áreas de TI das Seções Judiciárias, do TRF e do CJF, não prevista inicialmente.
Entretanto, mesmo diante da incerteza desse recebimento, foi possível a utilização de 99,89% das dotações para aplicação nas ações de TI destinadas ao início da implementação do “projeto 100% Digital”.
- Não utilização de crédito suplementar, no montante de R\$278.371,38, para o projeto de Construção do Edifício de Macaé-RJ (ação 11SO) em face de não efetivação de reajustes nos preços dos insumos, conforme tendência observada por ocasião da apresentação do pedido.

Contingenciamento no exercício

- Considerando que os efeitos de possíveis contingenciamentos normalmente não são informados nem têm reflexo na nossa programação, por serem administrados em nível de UO 12101-CJF, não identificamos conseqüências sobre os resultados planejados.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

- A SJRJ sofre constantemente prejuízo na celeridade e qualidade de suas ações em face da insuficiência de recursos humanos e materiais.
Por outro lado, não obstante a tempestividade na liberação dos recursos, com a utilização das compras/contratações por meio de Registro de Preços, tem sido possível o atendimento das programações da Unidade de forma satisfatória.

2.4.1.12 Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0569		Denominação: Prestação Jurisdicional na Justiça federal				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial (Res nº 8 – TRF2R)	Final(Res nº 50 – TRF2R)					
465.447.615,00	562.174.320,00	561.842.450,91	540.566.911,11	21.275.539,80	539.628.690,40	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal	Dez/2007	20%	18%	19%	22%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o nº de processos julgados e a soma do nº de processos distribuídos no ano e o estoque de processos não-julgados dos anos anteriores.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice de julgamento de processos realizado em 2009 superou a previsão da taxa de julgamento para o exercício, assim como para o término do PPA em 2011 em 3,0% e 4,0% respectivamente. Na ocasião da projeção para o PPA 2008-2011, o que havia sido previsto para permanecer em estoque em exercícios anteriores foi superestimado em relação à efetiva quantidade de processos que permaneceu sem julgamento nos exercícios seguintes.						

2.4.2 - Indicadores de Avaliação

Os indicadores de gestão selecionados para monitoramento do desempenho da SJRJ no exercício de 2009 estão distribuídos em dois grupos. No primeiro, Indicadores Operacionais, estão incluídos os indicadores relativos à movimentação processual; no segundo grupo, Indicadores Orçamentário-Financeiros, estão aqueles relacionados com a composição das despesas executadas pela SJRJ.

2.4.2.1- Indicadores da Área Judicial

A.1) Quantitativo de Processos

Este indicador tem por objetivo medir o quantitativo e a situação dos processos existentes na SJRJ.

A movimentação processual pode ser dividida em três classes: processos distribuídos, processos julgados e processos em tramitação.

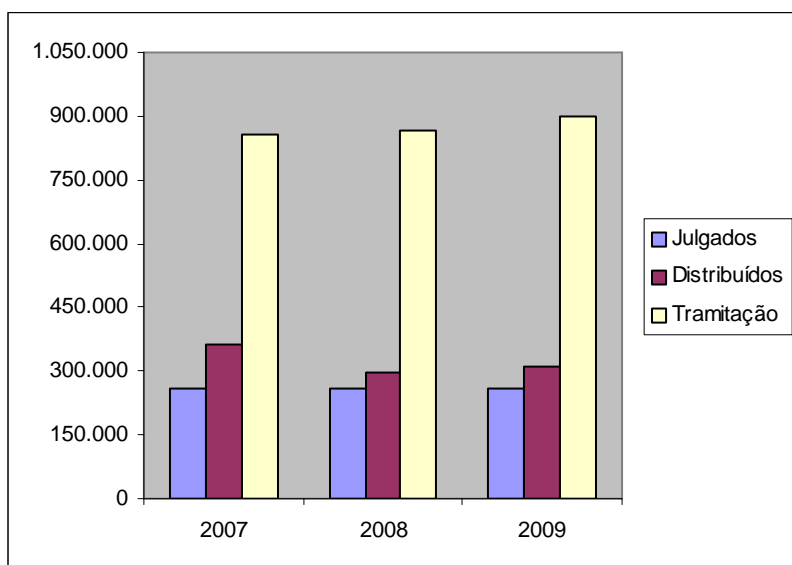
Através das tabelas e gráficos a seguir, demonstra-se a movimentação processual ocorrida nas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

a) Movimentação processual

Apresentamos os valores absolutos das três classes componentes da movimentação processual:

SJRJ – Varas, Juizados e Turmas Recursais			
Ano	Julgados	Distribuídos	Tramitação
2007	260.565	364.079	858.807
2008	260.583	297.280	865.918
2009	256.666	309.863	897.659

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região



Os dados relativos ao exercício de 2009 apontam um desempenho com um pequeno decréscimo em relação 2008. Considerando o número de processos julgados pelas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais tem-se o total de 3.917 processos a menos, equivalente a -1,51%. A comparação de 2009 com o exercício de 2007 revela também um percentual negativo de 1,50%. A comparação de 2008 em relação a 2007 revela um acréscimo de 0,006% de aumento nos processo julgados.

O número de processos distribuídos em 2009 superou em 4,23% o total de processos distribuídos para as VFs, JEFs e TRs em 2008. Os dados de 2009 comparados aos de 2007 revelam um percentual de 14,64 menor, significando um total de 54.216 processos a menos para o exercício de 2009. Entre os três exercícios analisados, a queda maior nos processos distribuídos se dá no exercício de 2008 em relação a 2007 quando a SJRJ recebeu 66.799 processo a menos, significando um percentual negativo de 21,01.

No exercício de 2009 houve um aumento de 3,66% quanto ao quantitativo dos processos em tramitação nas VFs, JEFs e TRs comparados aos dados de 2008, acumulando um acervo de 897.659 processos. A comparação dos dados de 2009 em relação aos de 2007 revelam um acréscimo de 4,42%, dados esses superiores ao pequeno acréscimo, 0,83%, no acervo de 2008 em relação de 2007.

b) Média de processos julgados por Juiz:

Este indicador apresenta a relação entre o número de processos julgados na SJRJ com o número de magistrados em atuação, e mostra que a média anual de processos julgados por juiz é 1.594.

Nº de processos julgados	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
256.666	161	1.594
Nº de processos distribuídos	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
309.863	161	1.925

Fonte: dados fornecidos pelo NUMAG/TRF2.

* Considerados apenas os juízes em atividade na 1ª Instância em 2009, estando 15 cedidos para o TRF2R; 01 para o STF e 01 licenciado.

2.4.2.2- Indicadores Orçamentários-Financeiros

c) Composição da despesa total

Informação fornecida pelo TRF2R.

d) Taxa de execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado

O indicador demonstra a participação do total da despesa realizada em relação ao total da dotação orçamentária autorizada no período. O indicador é resultado da aplicação da fórmula de cálculo:

$$N = \frac{DET}{DD} \times 100$$

Onde: DET = despesa executada total da Região, inclusive precatórios e RPV + empenhos a liquidar

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação disponibilizada

DET	DD	N
663.660.283,17	663.992.223,00	99,95%

e) Composição da despesa da SJRJ por grupo de despesa

O objetivo do indicador é demonstrar como se distribui a composição da despesa total executada em relação aos grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais; Custeio e Investimentos e Inversões Financeiras. Seu cálculo segue a seguinte fórmula:

$$D1 = \frac{DGDn}{DET} \times 100$$

Onde: DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da região, inclusive precatórios e RPV

DGDn			DET	D1		
Pessoal e encargos	Custeio	Investimento		Pessoal e encargos	Custeio	Investimento
579.330.611,05	76.166.411,57	8.163.260,55	663.660.283,17	87,29 %	11,48 %	12,30 %

f) Despesa da SJRJ (exceto precatórios e RPV) por habitante

Com esse indicador pretende-se mostrar o valor gasto por habitante. Utilizando-se a fórmula:

$$G4 = \frac{DJF}{h}$$

Onde:

DJF = despesa executada total da Região, excluindo precatório e RPV (empenhado: R\$ 663.660.283,17)

h = quantitativo de habitantes da Região , conforme estimativa divulgada pelo IBGE.

DJF	h	G4
663.660.283,17	16.010.429	41,45

* Conforme dado publicado no site do IBGE, a população estimada do Estado do Rio de Janeiro é de 16.010.429 (última estimativa em 2009).

g) Composição da despesa total licitável da SJRJ por Modalidade de Licitação

O indicador demonstra a composição da despesa total licitável realizada discriminada por modalidade de licitação, dispensa ou inexigibilidade e, ainda, por suprimento de fundos. E tem a seguinte fórmula de cálculo:

$$D7 = \frac{DMLn}{DJFlic} \times 100$$

DJFlic

Onde: DMLn = despesa executada total na modalidade de licitação sob análise

DJFlic = despesa licitável executada total

DMLn							DJFlic	D7 (%)						
Conv.	T.P	Conc.	Dispen	Inexig	Preg	Suprim Fund		Conv.	T.P	Conc.	Dispen	Inexig	Preg	Suprim Fund
24.422,15	466.971,18	3.181.311,63	9.542.251,88	9.302.679,42	25.653.324,71	54.002,89	48.224.963,00	0,05	0,97	6,60	19,79	19,29	53,20	0,11

h) Despesa com Assistência Judiciária Gratuita

O indicador tem por objetivo medir a evolução da despesa realizada com o custeio do programa de Assistência Judiciária Gratuita, nos três últimos exercícios.

Dotações Orçamentárias para Assistência Judiciária Gratuita (R\$)						
2006	2007	2008	2009	Evolução % 07/06	Evolução % 08/07	Evolução % 09/08
1.937.270,00	2.878.127,00	2.828.078,00	5.394.648,00	48,56	-1,74	90,75

Fonte: SIGPLAN

i) Despesa da SJRJ (exceto precatórios e RPV) sobre a despesa total da Justiça Federal

Informação fornecida pelo TRF2R.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

3.1 – Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação	Lotação Ideal
Membros de Poder/Agentes Públicos	161	208	302
Estatutários	2293	2583	4859
Próprios	2135		
Requisitados	95		
Removidos / Lotação provisória	63		
Celetistas	0		
Cargos de livre provimento	117	117	164
Estatutários	106		
Não Estatutários	11		
Terceirizados	596	641	931
Total	3167	3549	6256

Fonte SGP

Nota Explicativa : no número de estatutários próprios foram excluídos os cedidos (136), removidos (-) (174), Licença p/ acompanhar cônjuge (-) (13) e lic sem vencimentos (5).

Os dados foram preenchidos da seguinte forma:

MEMBROS DE PODER/AGENTES PÚBLICOS - Todos os Juizes, excluídos os cedidos e licenciados

ESTATUTÁRIOS - Todos os servidores do quadro da SJRJ + os requisitados (inclusive Estado e Municípios) + removidos (+) + licença para acompanhar cônjuge, c/ exercício provisório, **EXCLUÍDOS OS SERVIDORES QUE OCUPAM CJ (COM VÍNCULO OU NÃO)** na lotação efetiva

Próprios - do quadro de pessoal (sem CJ) excluindo os cedidos, removidos (-), Licença p/ acompanhar cônjuge (-) e lic sem vencimentos.

Requisitados - todos (sem CJ)

Removidos/Lotação provisória - todos (sem CJ)

Obs: na lotação autorizada e na lotação ideal estão incluídos todos os CJs.

CELETISTAS - Não há

CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO - todos os CJ

 Estatutários - do quadro e requisitados (União, todos com CJ)

 Não estatutários - sem vínculo, requisitados não vinculados à Lei 8.112/90 e celetistas

****TERCEIRIZADOS** – conforme dados de estagiários informados pelo TRF 2ª Região

LOTAÇÃO EFETIVA – cargos ocupados na SJRJ (incluindo requisitados, removidos (+), e em exercício provisório na SJRJ, excluídos os cedidos, removidos (-), Licença p/ acompanhar cônjuge (-) e em lic sem vencimentos)

LOTAÇÃO AUTORIZADA - total atual de cargos criados

LOTAÇÃO IDEAL

Área Judiciária: Considerando 18 servidores por Vara/Juizado, tomando por base a necessidade de acréscimo do quantitativo atual, bem como o número de servidores necessários para atender à proposta de criação de mais 47 Varas/Juizados para a SJRJ (Lei nº 12011), estimando que o total de 70% dos cargos existentes serão destinados à área judiciária (incluindo as áreas de mandados, contadoria e atendimento).

Área Administrativa: Considerando a lotação atual da administração acrescida da solicitação de incrementos de cargos (administração e subseções), bem como do número de servidores necessários para, proporcionalmente, acompanhar o crescimento da SJRJ, com a implementação das novas Varas/Juizados, até o limite de 30% dos cargos existentes.

Estagiários: foi acrescentado ao número da lotação autorizada, o quantitativo necessário para acompanhar o crescimento da SJRJ, tanto da área judiciária como da área administrativa.

3.1.2 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Tipologia	Qtd	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	
Membros de Poder/Agentes Públicos								
2007	187	42.081.082,50	757.982,22	3.608.160,87	2.403.411,45	61.954,53	116.370,00	
2008	218	48.400.450,93	892.282,15	4.453.021,56	7.532.760,61	1.064.987,42	370.132,90	
2009	210	48.880.095,39	575.582,39	4.380.342,95	3.224.944,90	2.181.503,36	541.910,16	
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	2618	187.521.173,37	32.172.700,78	21.197.091,82	12.986.164,32	29.106.339,68	1.089.358,44	
2008	2625	218.911.179,35	36.205.038,71	25.996.892,57	14.896.459,74	27.456.095,04	2.950.136,88	
2009	2567	242.358.818,97	35.645.504,37	36.625.199,91	18.792.847,96	25.714.778,35	3.327.501,45	
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0	0	0	0	0	0	
2008	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	13	2.987,02	1.168.569,97	103.927,54	31.086,22	103.133,61	5.658,20	
2008	14	0,00	1.477.942,53	132.397,21	28.446,35	160.823,62	13.155,00	
2009	9	0,00	1.207.103,86	93.172,68	34.593,60	137.925,72	7.080,00	
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	40	0,00	1.238.807,73	93.816,33	36.183,80	427.254,98	15.809,36	
2008	44	0,00	1.214.464,48	102.567,85	32.668,13	457.804,46	40.151,09	
2009	32	55.211,78	1.205.083,23	84.144,77	32.309,60	415.058,22	48.265,38	
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	113	0,00	2.906.049,31	254.873,74	85.658,75	725.227,69	3.080,00	
2008	98	0,00	2.978.847,07	271.489,31	90.947,05	677.293,72	6.732,00	
2009	96	0,00	3.479.144,75	285.002,81	96.623,32	804.834,85	9.510,00	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	526	11.774.000,00	144	4.248.512,28	-	-	553	-
2008	799	13.057.172,90	81	1.906.005,28	-	-	553	-
2009	610	13.561.464,80	73	1.782.040,00	-	-	596	-
TOTAL	1.935	38.392.637,70	298	7.936.557,56	-	-	1702	-

3.1.3 – Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Não há contratos de terceirização de área-fim.

3.2 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro não dispõe de indicadores gerenciais formalmente estabelecidos sobre recursos humanos.

Entretanto, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas estabeleceu alguns indicadores, conforme apresentado a seguir, com o intuito de efetivar controles determinados por lei, ou com o objetivo de implementar uma política de gestão de recursos humanos a partir de levantamentos estatísticos que são rotineiramente realizados.

- DISTRIBUIÇÃO E ROTATIVIDADE DOS RECURSOS HUMANOS:

INDICADOR: Distribuição dos recursos humanos nas áreas administrativa (meio) e judiciária (fim) da SJRJ	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede?	A proporção de servidores lotados na área meio e na área fim
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Diariamente
Onde medir?	Portarias DIRFO
Como medir?	Área Judiciária: nº de servidores lotados na área judiciária x 100 / total de servidores em exercício na SJRJ Área Administrativa: nº de servidores lotados na área administrativa x 100 / total de servidores em exercício na SJRJ
Situação em 2009	Área Judiciária*: 74,23 % Área Administrativa: 24,15 % Servidores à disposição da DIRFO: 1,62 % (licenciados)
Meta	Distribuir os servidores, observando o percentual mínimo de 70% para a área judiciária, aplicando-se os critérios de lotação estabelecidos na Portaria DIRFO nº RJ-PGD-2009/00034 .
Conclusão	Os percentuais estão em conformidade com a meta estabelecida.

* Incluídas as áreas de Contadoria, Mandados e Atividades Judiciárias.

INDICADOR: Rotatividade – mudança de lotação	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	A rotatividade interna (remoções): mudanças de lotação de servidores ativos do quadro da SJRJ.
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nas portarias de remoção
Como medir?	(Nº portarias de remoção/ total de servidores ativos) x 100.
Situação em 2009	8,6 %*
Meta	10 % (percentual máximo)
Conclusão	A meta foi atingida.

* Desconsideradas as remoções dos servidores que acompanharam os Magistrados que foram movimentados no ano de 2009 (20 movimentações de Juízes: número atípico de movimentações na SJRJ).

- CONTROLE DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS:

INDICADOR: Ocupação dos cargos em comissão na SJRJ	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede?	A proporção de ocupação dos cargos em comissão na SJRJ entre servidores do Quadro de Pessoal e outros servidores.
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Mensalmente
Onde medir?	Portarias DIRFO e Atos do TRF 2ª Região
Como medir?	Servidores do Quadro da SJRJ: nº de servidores do Quadro da SJRJ com CJ x 100 / nº total de cargos em comissão criados para a SJRJ. Servidores requisitados: nº de servidores requisitados com CJ x 100 / nº total de cargos em comissão criados na SJRJ.
Situação em 2009	Servidores do Quadro da SJRJ: 83,76 % Outros servidores*: 16,24 %
Meta	Cumprir o determinado na Lei 11.416/2006, bem como na Resolução nº 03/2008 do CJF, as quais estabelecem que no mínimo 50% dos cargos em comissão devem ser ocupados por servidores do Quadro de Pessoal.
Conclusão	O percentual dos cargos em comissão ocupados nesta Seção Judiciária encontra-se em conformidade com o determinado pela legislação, estando, inclusive, bem acima do mínimo estabelecido.

* Contabilizados todos os requisitados, os removidos para a SJRJ e os sem vínculo.

INDICADOR: Ocupação das funções comissionadas na SJRJ	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede?	A proporção de funções comissionadas destinadas aos servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União e aos servidores de outros Órgãos.
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Mensalmente
Onde medir?	Portarias DIRFO
Como medir?	Servidores da Carreira Judiciária: : nº de servidores do Poder Judiciário com FC x 100 / nº total de funções comissionadas da SJRJ Servidores não pertencentes à Carreira Judiciária: nº de servidores de Órgão que não sejam do Poder Judiciário com FC x 100 / nº total de funções comissionadas da SJRJ
Situação em 2009	Servidores de Carreira Judiciária: 94,02 % Servidores não pertencentes à Carreira Judiciária: 3,59 %
Meta	Cumprir o determinado na Lei 11.416/2006, bem como na Resolução nº 03/2008 do CJF, as quais estabelecem que no mínimo 80% das funções comissionadas devem ser ocupadas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União.
Conclusão	O percentual das funções comissionadas ocupadas nesta Seção Judiciária encontra-se em conformidade com o determinado pela legislação, estando, inclusive, acima do mínimo estabelecido.

1 PERFIL ETÁRIO DOS SERVIDORES:

Cargos	18 a 30 anos	31 a 50 anos	51 a 70 anos
Efetivos *	162	1762	451
Em comissão	3	97	17
Conclusão	Verifica-se que a maior concentração de ocupação de cargos efetivos e em comissão é coincidente na mesma faixa etária.		

* Excluídos os ocupantes de cargo em comissão (JF-AJ-021)

- FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS SERVIDORES

CARGOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO	TOTAL DO QUADRO DE PESSOAL	Nº DE SERVIDORES QUE POSSUEM FORMAÇÃO ACADÊMICA ACIMA DO EXIGIDO
Analistas Judiciários	Ensino Superior	1021 servidores	02 - Doutorado 19 - Mestrado 552 - Especialização
Técnicos Judiciários	Ensino Médio	1520 servidores	03 - Doutorado 11 - Mestrado 506 - Especialização 593 - Ensino Superior
Auxiliares Judiciários	Ensino Fundamental	23 servidores	04 - Especialização 01 - Ensino Superior 05 - Ensino Médio
Conclusão	Verifica-se que, com exceção do cargo de Auxiliar Judiciário, os demais (Analistas e Técnicos Judiciários) possuem mais de 50% dos servidores com formação acadêmica acima do exigido.		

Nível de Escolaridade	% de servidores	Escolaridade	Número de servidores *	% de servidores
PÓS GRADUAÇÃO	45,89%	Doutorado	005	45,89%
		Mestrado	030	
		Especialização	1062	
GRADUAÇÃO	54,02%	Superior Completo	913	38,26%
		Superior Incompleto	018	15,21%
2º Grau Completo		344		
2º Grau Incompleto		001		
ENSINO FUNDAMENTAL		1º Grau Completo	008	0,54%
		1º Grau Incompleto	002	
		Primário Completo	003	
		TOTAL	2386	

CONCLUSÃO: 84,15% dos servidores do Quadro de Pessoal são graduados e/ou pós-graduados, o que representa um corpo funcional com uma elevada formação acadêmica.

* Excluídos os servidores que foram removidos com base na Lei 11.416/06 (total de 174) e os licenciados para acompanhar cônjuge (total de 17).

- **Evolução do quantitativo de servidores pós-graduados:**

Períodos considerados	Servidores Pós-graduados *	Acréscimo
Até 30/06/2006	233 servidores	
Até 30/06/2007	308 servidores	32%
Até 30/06/2008	556 servidores	80,51%
Até 30/06/2009	1055 servidores	89,74%
Até 31/12/2009	1147 servidores	8,72%

* Total do Quadro de Pessoal da SJRJ

- ABSENTEÍSMOS

INDICADOR: Absenteísmo decorrente de Faltas Injustificadas ao Serviço	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de faltas injustificadas lançadas nos boletins mensais de frequência
Quem mede?	SGP/ CCPA / SECAD
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Boletins de frequência da SJ/RJ
Como medir?	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100
Situação em	2008 – 4,89% e 2009 – 3,24%
Meta	1% (percentual máximo)
Conclusão	Houve uma diminuição no percentual de absenteísmo por faltas injustificadas, embora, durante todo o ano de 2008 e parte de 2009, uma única servidora tenha consignado faltas contínuas, o que acarretou sua demissão em 2009.

LICENÇAS MÉDICAS	2008	2009
Tratamento da Própria Saúde	36413	31969
Motivo de Doença em Pessoa da Família	1351	1355
Gestante, incluindo prorrogações	8490	9954
Acidente em Serviço e Doenças Ocupacionais	210	635
Total:	46464	43913

INDICADOR: Absenteísmo decorrente de Licenças para Tratamento da Própria Saúde, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família e Licença à Gestante	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de absenteísmo dos servidores
Quem mede?	SGP/ CAMS/SESAU
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Portarias de Licenças Médicas
Como medir?	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100
Situação em	2008 – 7,13% e 2009 – 6,86%
Meta	6% (percentual máximo)
Conclusão	Houve redução do absenteísmo em relação ao ano anterior. Pode-se depreender que os Programas de Qualidade de Vida desenvolvidos por esta Seção Judiciária parecem estar, de alguma forma, contribuindo para uma redução dos licenciamentos dos servidores por motivo de licença para tratamento da própria saúde.

OBS: Os dados foram coletados a partir dos seguintes aspectos: (1) foram somados todos os absenteísmos por motivo de doença (Licença para tratamento da própria saúde, Licença em pessoa da família) e também a licença à gestante, inclusive com sua prorrogação de 60 dias, conforme Resolução nº30/2008 – CJF, e (2) foram considerados todos os servidores ativos, inclusive os cedidos e os requisitados.

INDICADOR: Absenteísmo decorrente de Licenças por Acidentes em Serviço e por Doenças Ocupacionais	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de absenteísmo dos servidores
Quem mede?	SGP/ CAMS/SESAU
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Portarias de Licenças Médicas
Como medir?	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100
Situação em	2008 – 0,03% e 2009 – 0,10%
Meta	0,1% (percentual máximo)
Conclusão	Percebe-se um aumento considerável de licenciamentos. Porém, tal acréscimo justifica-se por um acidente de serviço (externo) que envolveu mais de um servidor.

OBS: Os dados foram coletados a partir dos seguintes aspectos: (1) foram somados todos os absenteísmos por motivo de Licença por acidente em Serviço avaliados pela Comissão de Acidente em Serviço; (2) foram considerados todos os servidores ativos, inclusive os cedidos e os requisitados.

- DESEMPENHO FUNCIONAL:

INDICADOR: Não aprovação na Avaliação Formal de Desempenho (AFD)	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede?	O índice de não aprovação dos servidores na AFD
Quem mede?	SGP/ CLPF/SEPRF
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nos instrumentos de avaliação de desempenho
Como medir?	Nº de servidores não aprovados x 100/ nº de servidores em avaliação de desempenho
Situação em 2009	1,4%
Meta	2% (percentual máximo)
Conclusão	Não obstante a mudança dos procedimentos relativos à avaliação de desempenho funcional com o advento da Resolução nº 43, de 19/12/2008, do Conselho da Justiça Federal, conclui-se que o percentual de reprovações foi muito pequeno, considerando o número de servidores submetidos à avaliação.

OBS: Os dados foram coletados levando-se em conta as avaliações entregues à Seção de Progressão e Promoção Funcional até 25/01/2010 e sem considerarmos os servidores que não obtiveram progressão/promoção funcional, por força da decisão proferida no P.A. 2006/169368-CJF.

- EDUCAÇÃO CONTINUADA:

INDICADOR: Educação continuada - Certificação em desenvolvimento gerencial	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede?	A proporção de gerentes que concluíram ações de desenvolvimento gerencial
Quem mede?	SGP/ CCDE/ SECOG
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nas planilhas de controle de participação no Programa de Desenvolvimento Gerencial da SJRJ
Como medir?	(Nº de servidores que ocupam função gerencial e que obtiveram certificação em ação de desenvolvimento gerencial / nº de servidores que ocupam função gerencial) x 100
Situação em 2009	17,6 %
Meta	17 % (percentual mínimo)
Conclusão	A meta foi atingida, com pequena variação a mais, indicando que a SJRJ cumpriu a determinação legal sobre o desenvolvimento gerencial, e ainda permitiu a participação de alguns gerentes que não faziam parte das prioridades do ano.

OBS: A meta foi estabelecida considerando-se o número mínimo de gerentes que deveriam ser capacitados em 2009 para cumprimento da determinação legal (Lei 11.416 de 2006). Foi adotado este critério em função da necessidade de reformulação do programa e do fato de que a maioria dos gerentes teriam o prazo até 2010 ou 2011 para completar sua exigência legal de horas-aula.

INDICADOR: Educação continuada - Atingimento da meta do total de servidores capacitados por período	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de atingimento da meta de servidores capacitados por período, contando cada servidor uma única vez.
Quem mede?	SGP/CCDE/ SECAP
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nas planilhas nominais de controle de participação nas ações de capacitação.
Como medir?	Total de servidores capacitados / Meta de servidores capacitados X 100
Situação em 2009	203,73%
Meta	100,00%
Conclusão	A meta (100%) foi ultrapassada em 103,73%, indicando que os recursos foram utilizados de forma integral e eficiente, possibilitando amplo acesso às ações de capacitação realizadas e garantindo a melhoria no atendimento das necessidades dos usuários e da Instituição.

OBS: A meta foi estabelecida tendo por base o número total de servidores capacitados em 2008, projetando-se para a dotação orçamentária de 2009, que seria de 936 servidores capacitados, contando cada servidor uma única vez.

Cabe ressaltar que para o cálculo foram contabilizados o número total de servidores capacitados com ônus, com ônus parcial e sem ônus para a SJRJ.

- SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO:

INDICADOR: Educação continuada - A avaliação de reação dos participantes	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede?	A opinião dos participantes sobre a qualidade das ações de desenvolvimento gerencial
Quem mede?	SGP/ CCDE/ SECOG
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nos relatórios de avaliação de reação da SJRJ
Como medir?	Nº turmas com conceito excelente em todas as variáveis avaliadas pelos participantes/ total de turmas oferecidas
Situação em 2009	80%
Meta	80% (percentual mínimo)
Conclusão	A meta foi atingida, indicando que as ações de desenvolvimento gerencial atenderam, em sua maior parte, aos requisitos de qualidade na percepção dos participantes.

OBS: A meta proposta tem por base o histórico de avaliações anteriores.

3.3 – Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

O quantitativo de recursos humanos, força de trabalho, em média, de 2.421 ,além de estar muito aquém das necessidades solicitadas pelas diferentes unidades de lotação, que apresentam como lotação ideal o total de 3.384 servidores, representa um quantitativo inferior ao número de cargos efetivos previstos no Quadro de Pessoal: 2.583.

Convém destacar que a incidência de institutos como cessão, remoção, licenças para acompanhar cônjuge e licenças para trato de interesses particulares agravam o *deficit* de pessoal nesta Seção Judiciária. Atualmente, temos 266 servidores sob essas condições.

Indubitavelmente, a defasagem de recursos humanos apresentada compromete a celeridade e a eficiência dos serviços prestados. Conclui-se, portanto, que não há adequação quantitativa do Quadro de Pessoal da SJRJ à missão organizacional deste Órgão.

No que se refere à adequação qualitativa do Quadro de Pessoal à missão organizacional, a análise é extremamente favorável. Os indicadores apresentados traduzem a elevada qualificação acadêmica dos servidores desta Seção Judiciária.

Destaca-se que o aumento do nível de escolaridade vem sendo percebido pela área de gestão de pessoas, especialmente após o advento do adicional de qualificação por conclusão de curso de pós-graduação. Nossos indicadores demonstram que nos últimos três anos o número de servidores pós-graduados passou de 233 para 1.147.

Dispensando-se uma análise individualizada por cada categoria funcional, verifica-se que mais de 50% dos ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário apresentam nível de escolaridade acima do exigido para o provimento do cargo. Excetua-se, porém, a categoria de Auxiliar Judiciário, que, atualmente, só compreende 23 servidores, uma vez que menos da metade (10) possui nível de escolaridade acima do exigido.

Diante dos indicadores apresentados, constata-se que o Quadro de Pessoal da SJRJ apresenta 84,15% de servidores graduados e/ou pós-graduados, o que denota a qualificação profissional de nossa força de trabalho.

Adequação dos quantitativos da área meio em relação à área fim

O crescimento da área judiciária, mediante a criação de novas Varas e Juizados Especiais Federais, acarreta, como consequência lógica, a sobrecarga de serviços na área administrativa, e, especialmente, no processo de interiorização da Justiça Federal, a necessidade de criação de estruturas administrativas que dêem suporte na própria localidade.

Ante a inexistência de lei específica que crie cargos para a área meio, os recursos humanos precisam ser distribuídos entre as duas áreas, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho, reclamada por todos.

Considerando a flagrante carência de servidores, depreende-se a dificuldade encontrada pela área de gestão de pessoas para administrar a distribuição dos recursos humanos disponíveis, sendo necessária a aplicação de critérios de lotação objetivos. Salvaguarda-se a prevalência da área judiciária na manutenção de uma força mínima de trabalho, sem descuidar do necessário suporte que precisa ser dado à área administrativa, já que esta viabiliza as atividades voltadas para a prestação jurisdicional e não é contemplada com uma Lei específica para a incrementação de cargos efetivos.

Entretanto, considerando os estudos que vêm sendo realizados no CJF para a criação de cargos destinados à área administrativa, para fins de proposta de projeto de lei, há uma expectativa positiva em relação à situação relatada. Contudo, atualmente, conclui-se pela inadequação dos quantitativos da área meio em relação à área fim.

Desempenho funcional dos servidores

Os servidores desta Seção Judiciária que se encontram em estágio probatório e os que não estão posicionados na última classe e padrão da carreira são submetidos à avaliação formal de desempenho e representam o total de 1.544 servidores. Desses, apenas 1,4% não foram aprovados, tendo havido um caso de reprovação no estágio probatório. Constata-se, assim, um pequeno percentual de reprovação.

A área de gestão de pessoas mantém ações continuadas de capacitação para os servidores submetidos à avaliação e para os gerentes responsáveis por ela, com o objetivo de conscientizá-los da importância dessa avaliação para o aprimoramento do desempenho funcional de nossos servidores, a fim de reproduzir o exato mérito do avaliado.

Necessidades de redução ao ampliação do Quadro de recursos humanos

Esta questão foi abordada nos itens 1 e 2.

Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos em médio e longo prazos

Mediante análise do perfil etário de ocupação de cargos pelos servidores, em diferentes faixas de idade, constata-se que tanto os ocupantes de cargos efetivos como os de cargos em comissão estão concentrados, em maioria, na mesma faixa etária, dos 31 aos 50 anos, o que nos faz concluir que esta Seção Judiciária apresenta um perfil profissional relativamente jovem que ainda contribuirá muito para o cumprimento da missão institucional.

Plano de capacitação do Quadro de recursos humanos

Um grande desafio para a área de gestão de pessoas tem sido a implementação de políticas de gestão voltadas para a qualidade de vida no trabalho e o contínuo aperfeiçoamento profissional dos servidores, especialmente, em virtude da descentralização de nossa Seção Judiciária em 19 Subseções localizadas em cidades do interior do Estado e os gastos orçamentários decorrentes, o que dificulta a abrangência dos projetos que são desenvolvidos.

Entretanto, mediante a análise dos indicadores de educação continuada, que traduzem o incremento das ações de capacitação e de desenvolvimento gerencial no ano de 2009, verifica-se que as metas fixadas foram atingidas.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial, que já vem sendo desenvolvido nesta Seção Judiciária há alguns anos, conseguiu alcançar todos que tinham, por obrigação legal (Lei nº 11.416/2006), de participar dessa ação, a fim de continuarem no exercício do cargo ou função gerencial ocupada.

No que se refere às ações de capacitação, foi estipulado o total de 936 servidores para serem capacitados em 2009. Essa meta foi ultrapassada em 103,73%, destacando-se que a introdução de cursos a distância na SJRJ contribuiu para esse resultado.

Cabe ressaltar que foram capacitados 1907 servidores, sendo 1563 com ônus total com recursos da atividade 4091- Capacitação de Recursos Humanos, 90 servidores com ônus parcial (apenas diárias e passagens) e 254 servidores sem ônus (capacitação realizada através de exibição de DVDs de eventos filmados na Sede e distribuídos para o interior), contando cada servidor uma única vez.

Satisfação e motivação dos servidores

Com o objetivo de aferir se as ações de desenvolvimento gerencial estão atendendo aos requisitos de qualidade na percepção dos participantes, aplicou-se ao final de cada ação um questionário. Conforme demonstrado no indicador, verifica-se que a meta fixada pela área de gestão de pessoas foi atendida, ou seja, 80% do total de turmas oferecidas avaliaram as ações com conceito excelente.

Além dessas ações, a SJRJ vem, a cada ano, aumentando o número de projetos ligados ao Programa de Qualidade de Vida, disponibilizando, também, ações de capacitação a distância, o que vem abarcando um número cada vez maior de servidores. As respostas a essas ações vêm se apresentando muito positivas. Estamos pesquisando formas de parametrizar os resultados, em busca de indicadores.

Distribuição e rotatividade dos recursos humanos

Na distribuição dos servidores, a área de gestão de pessoas observou a meta mínima a ser atingida para a área fim (Varas/Juizados/Turmas Recursais/Áreas de Mandados, Contadoria e Atividades Judiciárias), fixada em 70% da força de trabalho.

No que se refere à rotatividade de servidores, esta é inevitável, tendo em vista a existência de unidades de lotação em diferentes cidades, cuja remoção é propiciada mediante a inscrição no Banco de Permutas, além das eventuais movimentações de magistrados, por promoção ou remoção, o que acarreta o acompanhamento de alguns servidores.

Para 2009, considerou-se como satisfatório o percentual máximo de 10% da força de trabalho para remoções internas, excluindo-se as decorrentes das movimentações simultâneas de 20 Juizes, ocorridas em fevereiro, por ser um número atípico na SJRJ. Ou seja, nossa meta era não ultrapassar 10% de remoções.

Isso foi possível, já que finalizamos o ano com 8,6% de remoções internas. Certamente, a utilização do Banco de Permutas, por meio do qual busca-se conciliar o interesse do servidor com a necessidade do serviço (existência de vagas), contribuiu para essa redução.

Controle de ocupação de cargos em comissão e de funções comissionadas

Os indicadores demonstram que observamos o patamar mínimo de ocupação de cargos em comissão por servidores do Quadro de Pessoal, fixado pela Lei nº 11.416/2006 c/c Resolução. nº 03/2008 - CJF em 50% dos cargos em comissão, já que finalizamos 2009 com 83,76% de ocupação pelos servidores do quadro da SJRJ.

Da mesma forma, foi observado o percentual mínimo de ocupação de funções comissionadas por servidores integrantes das carreiras do Poder Judiciário da União, fixado em 80% das funções comissionadas pela Lei nº 11.416/2006 c/c Resolução. nº 03/2008 - CJF, uma vez que encerramos 2009 com 94,02% de ocupação por servidores da carreira judiciária da União.

Absenteísmos

Dentre as causas de absenteísmos analisadas, destacamos, em nossos indicadores, aquelas decorrentes de faltas injustificadas e de licenças (para tratamento da própria saúde, por motivo de doença em pessoa da família, gestante, por acidente em serviço e por doenças ocupacionais).

No que se refere à ausência ao trabalho por motivo de falta injustificada, houve uma redução no percentual, no ano de 2009, comparando-se com o ano anterior. Ressalte-se a ocorrência de abandono de cargo por parte de uma servidora em 2008, que culminou com sua demissão.

Quanto as outras causas que levam ao absenteísmo, são especialmente aquelas decorrentes de Licença para Tratamento da Própria Saúde e por Doenças Ocupacionais que demandam uma atuação proativa por parte da área de gestão de pessoas.

Com esse objetivo, foram realizados projetos, inseridos no Programa Qualidade de Vida na SJRJ, voltados para a saúde dos servidores e magistrados, como Feiras de Saúde, Terapias Antiestresse, Campanha Anti-Fumo, Ginástica Laboral, Campanhas de Vacinação e Saúde Bucal, objetivando o tratamento e/ou a conscientização de males que estão afetando ou podem afetar a saúde de todos, principalmente no ambiente de trabalho.

A partir desse Programa que vem sendo desenvolvido há alguns anos, percebe-se pelos indicadores que, gradativamente, tem ocorrido redução no número de absenteísmos consequentes de licença para tratamento da própria saúde, como sucedeu no ano de 2009 em relação ao ano anterior, no qual o número de dias de licenças foi reduzido de 36.413 para 31.969.

Não obstante a redução citada, considerando a meta de 6% de licenciamentos que foi adotada por nossa área de gestão de pessoas, embora estejamos próximos (6,86%), ainda não a atingimos.

Conclusão

Pelo exposto, em que pesem as situações adversas relatadas para a administração dos recursos humanos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, como carência de pessoal, restrição orçamentária e distância geográfica das Subseções Judiciárias, pela análise dos indicadores apresentados, verifica-se que foi possível atingir nossas metas praticamente em sua totalidade.

Esses resultados demonstram que estamos no caminho certo. Contudo, não esperamos que as ações aqui alcançadas se finalizem nelas mesmas. Ao contrário, procuramos, ainda, outras formas para atingir a nossa missão institucional, tendo sempre em foco o desenvolvimento de nossos servidores, sua qualidade de vida e seu aprimoramento profissional.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – EXERCÍCIO DE 2009.

No exercício de 2009, não foi efetuado registro pertinente a despesas com Pessoal.

O reconhecimento de passivos na atividade Assistência Judiciária (AJ), realizado em 30/12/2009 foi registrado na conta 21.21.92.200 (débitos diversos por insuficiência de créditos/recursos). Em função do quantitativo de favorecidos, foram utilizadas "Inscrições Genéricas" para totalizar as despesas por função.

Valor total registrado - R\$ 218.932,07

Advogados - Insc. CNSJRJ001 - R\$ 15.655,30

Intérpretes - Insc. CNSJRJ002 - R\$ 880,50

Peritos - Insc. CNSJRJ003 - R\$ 202.206,10

Tradutores - Insc. CNSJRJ004 - R\$190,17

Para o reconhecimento da Obrigação Patronal foi utilizada a conta 21.21.31.100 (encargos por insuficiência de créditos/recursos).

Valor total registrado - R\$ 43.786,41

Advogados - Insc.CNSJRJ001 - R\$ 3.131,06

Intérpretes - Insc.CNSJRJ002 - R\$ 176,10

Peritos - Insc.CNSJRJ003 - R\$ 40.441,22

Tradutores - Insc.CNSJRJ004 - R\$38,03

Obs: Valores registrados com base em relatório extraído do sistema AJG (solicitações pendentes de pagamento) em 30/12/2009

5. INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2008	11.100.355,54	10.554.360,77	527.922,49	18.072,28
2007	1.248.232,22	47.778,28	1.143.872,85	56.581,19
2006	963.508,41	20.348,53	936.409,93	6.749,95

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2008	18.251.216,09	4.049.736,97	12.181.419,73	2.020.059,39
2007	25.088.291,19	4.517.410,11	17.008.248,27	3.505.247,31
2006	-			

Fonte dos dados: SIAFI Gerencial

Justificativa dos motivos para a inscrição:

A manutenção dos saldos de empenho para fins de inscrição em RP deve-se a existência de pagamentos pendentes, seja por força da competência dos pagamentos de despesas continuadas (faturamento no mês posterior ao serviço) ou pela observância do prazo de entrega de materiais e equipamentos (que pode ultrapassar 1 exercício financeiro).

Providências: regularmente os processos são analisados pelos responsáveis a fim de verificar a solução das pendências.

Em 2009 foi efetuada varredura em todos os saldos ainda remanescentes, tendo sido providenciada a anulação de todos os empenhos/RPs que não apresentavam mais pendências de pagamento, conforme levantamento realizados por cada um dos responsáveis - gestores

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Não foram realizadas transferências mediante convênio ou outro instrumento congêneres no exercício de 2009, envolvendo transferência financeira.

7. INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Não há entidades fechadas de previdência complementar.

8- DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Conforme consta do Quadro A, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, este tópico não se aplica à SJRJ.

9- INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Conforme consta do Quadro A, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, este tópico não se aplica à SJRJ.

10- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Conforme consta do Quadro A, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, este tópico não se aplica à SJRJ.

11- INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve determinações ou recomendações do TCU.

12- INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

Em cumprimento ao artigo 7º da IN/TCU nº 55/2007, os registros dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal, à concessão de aposentadoria e de pensão estatutárias foram efetuados com o preenchimento dos formulários do Sistema de Avaliação de Registro dos Atos de Admissão e Concessão – SISAC e o envio ao órgão de Controle Interno, da seguinte forma:

ATO		Unidade Jurisdicionada
		090016
Admissão		48
Desligamento		27
Aposentadoria	Concessão	28
	Alteração	09
Pensão	Concessão	10
	Alteração	04

Nota: no total de Formulários de Concessão de Pensão não foi computada 1 alteração referente a Magistrado da SJRJ, tendo em vista que o TRF-2ª Região é responsável pelo cadastramento e encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos Magistrados da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região.

13 – DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

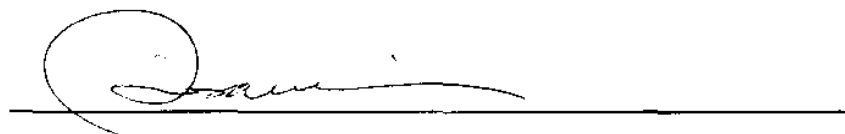
UG 090016 – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA - SJRJ

DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei Nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Declaramos, ainda, que não foram realizados registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, considerando que não foram firmados convênios, contratos de repasse e termos de parceria com transferência de recursos financeiros de dotações consignadas no Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2010



ROSANA VILLELA DE SOUZA
Diretora da Subsecretaria de
Contratações e Material - SCM

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Ressaltamos, conforme detalhamento a seguir apresentado, algumas das ações positivas desenvolvidas no exercício de 2009, voltadas para a prestação jurisdicional, tanto para a continuidade de estratégias já desenvolvidas nos anos anteriores, quanto para a inserção de novos métodos de consecução de objetivos.

Mutirões de Conciliação

Como parte integrante da Semana Nacional de Conciliação, no mutirão das varas cíveis realizado em dezembro para apreciação de ações relativas ao Sistema Financeiro de Habitação, foram realizadas 1.011 audiências, com um total de 1.888 pessoas atendidas. Foram homologados 682 acordos, correspondentes a 67,0% das audiências, com um montante de R\$ 6.832.093,63 de previsão de recuperação de crédito.

Administração 100% Digital

Foram desenvolvidos módulos do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), com implementações de funcionalidades para criação e tramitação de processos administrativos e documentos eletrônicos, SIGA-DOC. Em novembro, entrou no ar o Diário da Justiça Eletrônico, com publicações oficiais da SJRJ via sistema Apolo e SIGA-DOC. O cancelamento dos contratos de publicação e assinaturas representará uma economia anual de R\$ 550.000,00. O projeto é do TRF2R em parceria com a SJRJ.

Também foram implementadas funcionalidades no SIGA-EX para contemplar o uso pelos protocolos da SJRJ. Do módulo relativo a Recursos Humanos, foram desenvolvidas funcionalidades para cadastramento de informações pessoais e funcionais sobre magistrados, servidores e estagiários e outras para melhorias quanto ao Plano de Saúde.

Meio-ambiente

Visando contribuir com a sustentabilidade socioambiental, a SJRJ aderiu ao Programa A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública. Entre as ações desenvolvidas destacam-se: palestra ministrada pelo Prof. Jorge Tonnera Jr., da UniComlurb, voltada exclusivamente para os empregados das empresas contratadas, com o objetivo de conscientizá-los para a questão do lixo e da coleta seletiva e um evento voltado para magistrados, servidores e estagiários, realizado nos fóruns da Capital, com uma média de 160 participantes, tendo como palestrante o professor indigenista e ambientalista Ronald Macdonnel. Esta palestra versou sobre o consumo desenfreado, produção de lixo e comportamento responsável. Também foi concluído o processo licitatório para descontaminação, descarte e encaminhamento ambientalmente correto de mais de 40 mil lâmpadas.

Palestras sobre Planejamento estratégico

No mês de julho foi promovido, no auditório da Sede da SJRJ, o evento "Ciclo de Palestras sobre Planejamento Estratégico". As palestras foram proferidas pelo Secretário de Tecnologia da Informação, Giuseppe Dutra Janino, e pelo Consultor do Escritório de Projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação, Júlio Valente da Costa Júnior, ambos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O evento teve o objetivo de apresentar aos gerentes administrativos da SJRJ lotados na Capital, metodologias e técnicas de Planejamento Estratégico e de Gerenciamento de Projetos utilizadas no Tribunal Superior Eleitoral. Os temas trabalhados foram os seguintes: Gestão Estratégica - O case da Justiça Eleitoral; Fundamentos de Gerenciamento de Projetos; Fundamentos de Planejamento Estratégico; *Balanced Scorecard* e Gestão Estratégica; Escritório de Projetos e Maturidade em GP (Gestão de Projetos); e Gerenciamento de Riscos.

Mapeamento de Processos de Trabalho

Com o propósito de promover a melhoria contínua, a SJRJ deu início a um trabalho sistemático de mapeamento dos processos de trabalho. Uma das frentes de ação foi a realização de mapeamentos de processos de trabalhos na área de gestão de pessoas, em especial, cadastro e lotação para ancorar o desenvolvimento de sistemas; mapeamento do processo de concessão de diárias e passagens aéreas e processos de trabalho na área de telefonia. Foi realizado também o mapeamento e análise do processo de trabalho elaboração de atos normativos, visando a implantação de melhorias.

Uma outra frente foi a atuação para seleção de boas práticas dos processos de trabalhos componentes do Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal (SIGJUS). Em 2009, as seções judiciárias receberam a incumbência de analisar boas práticas coletadas pelo SIGJUS relativas a 12 processos na área de gestão de pessoas e 03 na área de administração, especificamente sobre obras (projeto básico e licitação de obras) e suprimento de fundos. Para a adoção de uma concepção e uma metodologia para atuação na área de melhoria de processos foram ofertados dois cursos com instrutores externos sobre mapeamento e melhoria de processos; um presencial e outro a distância.

➤ **PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

01 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI

Declaração do Contador

Declaração Plena

Unidade Jurisdicionada

Código da UG

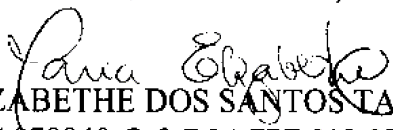
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

090016

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2010.


MARIA ELIZABETHE DOS SANTOS TAVARES FONTES
CRC 078849-O-9-RJ / CPF 012.023.137-95
Contadora Responsável

➤ **PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO**

01- QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSONADAS E DOS CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSONADAS

Seção Judiciária do Rio de Janeiro

	TOTAL DE CJs/FCS	CARGOS/FUNÇÕES OCUPADOS					S/VÍNCULO	TOTAL	CJs/FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	Servidores de outros órgãos						
			Removidos	Requisitados					
			Carreiras judiciárias	Carreiras judiciárias	Outras carreiras				
CJ-4	0	0	0	0	0	0	0	0	
CJ-3	106	88	2	5	2	9	106	0	
CJ-2	11	10	0	1	0	0	11	0	
CJ-1	0	0	0	0	0	0	0	0	
FC-06	40	37	0	2	1	0	40	0	
FC-05	440	422	9	7	0	0	438	2	
FC-04	438	403	7	12	9	0	431	7	
FC-03	159	136	7	8	4	0	155	4	
FC-02	166	112	5	8	29	0	154	12	
FC-01	11	3	1	0	2	0	6	5	
TOTAL	1371	1211	31	43	47	9	1341	30	

Fonte: Planilha fornecida pela SGP.

	TOTAL DE CJs / FCs	CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS ¹						TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	%	Servidores Removidos	Servidores Requisitados ²	S/ Vínculo	%		
CJ-4	0	0		0	0	0		0	0
CJ-3	106	88		2	7	9		106	0
CJ-2	11	10		0	1	0		11	0
CJ-1	0	0		0	0	0		0	0
TOTAL	117	98	83,76	2	8	9	16,24	117	0

Fonte: Planilha fornecida pela SGP.

Obs: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006 para os servidores do Quadro de Pessoal: 50%.

2) No caso do TRF-2R, foram considerados requisitados, além daqueles pertencentes aos demais Órgãos Públicos, os servidores dos quadros de Pessoal da SJ/RJ e SJ/ES;

3) No caso das Seções Judiciárias, foram considerados da Carreira Judiciária os servidores dos seguintes Órgãos: JF/ES, JF/RJ, TRF 2ª Região, TRF 5ª Região, JF/DF, JF/SP, JF/SC e TRT 1ª Região.

	TOTAL DE CJs / FCs	FUNÇÕES COMISSONADAS OCUPADAS ¹							TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Carreiras Judiciárias				Outras Carreiras				
		Efetivo	Removidos	Requisitados ²	%	Requisitados	S/ Vínculo	%		
FC-06	40	37	0	2		1	0		40	0
FC-05	440	422	9	7		0	0		438	2
FC-04	438	403	7	12		9	0		431	7
FC-03	159	136	7	8		4	0		155	4
FC-02	166	112	5	8		29	0		154	12
FC-01	11	3	1	0		2	0		6	5
TOTAL	1254	1113	29	37	94,02	45	0	3,59	1224	30

Fonte: Planilha fornecida pela SGP.

Obs: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006, para os servidores das Carreiras Judiciárias: 80%.

2) No caso do TRF-2R, foram considerados requisitados, além daqueles pertencentes aos demais Órgãos Públicos, os servidores dos quadros de Pessoal da SJ/RJ e SJ/ES;

3) No caso das Seções Judiciárias, foram considerados da Carreira Judiciária os servidores dos seguintes Órgãos: JF/ES, JF/RJ, TRF 2ª Região, TRF 5ª Região, JF/DF, JF/SP, JF/SC e TRT 1ª Região.

CONCLUSÃO

A atual gestão da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, desenvolveu as ações no exercício de 2009 alinhada às prioridades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, às orientações do Conselho da Justiça Federal para tornar célere e eficaz a tramitação processual, e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça.

Com o alinhamento do Planejamento Estratégico ao do Poder Judiciário, a Seção Judiciária dispõe de um instrumento de Gestão Estratégica para priorizar, planejar e conduzir projetos e ações, coordenar o trabalho das diversas unidades e aumentar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Fatores externos e internos foram avaliados como influenciadores dos rumos da SJRJ. Nesse cenário, as últimas gestões priorizaram a ampliação do parque de informática, a virtualização processual, em que os processos tramitam de forma digital, a capacitação técnica dos servidores e a modernização administrativa. Para consolidação dos significativos avanços foram propostas e cumpridas uma série de ações orientadas à melhoria dos resultados obtidos nos anos anteriores. Entre outras iniciativas, implantou-se modelos gerenciais mais ágeis e eficazes para contribuir para a democratização e transparência do Judiciário, tornando possível a qualquer pessoa conhecer, mais e melhor, as atividades da Instituição. Em pleno processo de modernização das atividades administrativas e judiciárias, a Instituição projeta uma visão de futuro apoiada na sua missão e alinhada às mudanças e aos avanços da sociedade.

Rio de Janeiro, de março de 2010.

Juiz Federal Alexandre Libonati de Abreu
Diretor do Foro